# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 11 | NOVEMBRO 2018 | R$ 15,00

## TENDÊNCIA MUNDIAL DO AGRONEGÓCIO

CENSO DOS ESTADOS UNIDOS MOSTRA AUMENTO MÉDIO DO TAMANHO DAS PROPRIEDADES



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

**BOI GORDO** PREÇO MELHOR EM 2019

**PROCEDÊNCIA E ORIGEM** IMPORTÂNCIA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

**ESPECIAL PECUÁRIA** A SUSTENTABILIDADE COMO CRITÉRIO DE DIFERENCIAÇÃO

FGV

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

**Sede:** Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal
**Vice-presidente:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal
**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
**Suplentes:** Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio
**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
**Vogais:** Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
**Suplentes:** Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

**Diretor da FGV-EESP:** Yoshiaki Nakano
**Diretor da FGV Projetos:** Cesar Cunha Campos
**Diretor da FGV-IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
**Diretor da FGV-EAESP:** Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

*Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas*

**Conselho Editorial:** Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
**Editor-chefe:** Antônio Carlos Kfouri Aidar
**Editor Executivo:** Luiz Antonio Pinazza
**Colaboradores:** Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

**Capa:** Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
**Projeto Gráfico:** Maria João Macedo [Atelier Lola]
**Arte:** Alexandre Monteiro
**Revisor:** Alexandre Sobreiro
**Secretaria e Administração:** Viviane de Carvalho
**Coordenador da Produção Editorial:** Evandro Faulin
**Publicidade/Comercial/Assinatura:** Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

**Acesse o site**
**www.fgv.br/agroanalysis**
**ou ligue**
**0800 770 88 81**
**e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio**

## O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

# O FUTURO DO BRASIL PRECISA DE UNIÃO

O BRASIL já conhece o seu presidente e começa a conhecer a sua equipe. Não é nosso hábito, mas precisamos citar, aqui, um trecho do artigo de nosso conselheiro e colunista Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG): "Que sejam superados as desavenças e os rancores – muito disso dependerá da qualidade da equipe a ser montada. O agro precisa estar sintonizado nesse novo momento". Citando Confúcio, o colunista comenta, ainda, que "você não pode mudar o vento, mas pode ajustar as velas do barco para chegar aonde quer". Poucas frases podem resumir melhor o nosso momento histórico. Terminada uma campanha violenta e rancorosa, temos de pensar o Brasil de todos, sem proteções ou discriminações.

Para o agronegócio, o primeiro sinal é o dólar entre R$ 3,40 e R$ 3,70. O crédito rural já está definido, há perspectivas mais claras sobre os números da próxima safra, e a bancada ruralista apoia o novo presidente. Já os sinais para a macroeconomia são menos nítidos. A inflação não vai crescer, mas ainda não se tem clareza sobre as reformas tributária e da previdência. Também não está claro como se fará o ajuste fiscal necessário. Saberemos em breve.

No mercado de boi gordo, para 2019, a tendência é de valorização dos preços acima da inflação. A expectativa é de que o novo governo seja capaz de promover uma recuperação econômica mais efetiva, com consequente aumento do consumo de carne bovina. Além disso, a maior produção de milho e soja no Brasil e o dólar em patamares mais baixos do que os atuais aliviarão o peso dos alimentos concentrados no bolso do pecuarista.

Os resultados preliminares do último Censo Agropecuário brasileiro mostraram uma redução do número de estabelecimentos rurais e, consequentemente, um aumento na área média das propriedades. A análise do censo dos Estados Unidos mostra que o aumento da concentração de terras é uma tendência mundial, adequando-se à realidade do agronegócio atual. Os dados desse país mostram que 8,9% das propriedades cultivam 45,6% da área agricultável e respondem por 65,2% do valor da produção da agropecuária. Os ganhos de escala permitidos pela concentração de áreas tornam viável a realização de maiores investimentos em tecnologia, buscando a intensificação da produção e, consequentemente, o aumento da produtividade e da competitividade.

Outra tendência está relacionada ao aumento da demanda dos consumidores por produtos diferenciados e de qualidade, que possuem referências culturais e rastreabilidade dos territórios onde são produzidos. Nesse contexto, os países têm fortalecido estratégias para ampliar a oferta de produtos certificados, visando evitar fraudes, agregar valor e elevar o desenvolvimento rural. Uma dessas estratégias envolve a Indicação Geográfica (IG), definida como uma ferramenta de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. A legislação brasileira estabelece duas formas de definição desses atributos: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Atualmente, existem 49 IPs e onze DOs nacionais reconhecidas, relacionadas à produção de queijos, vinhos, cachaças, cafés, frutas, doces, carnes, calçados, mel, própolis, farinha, couro, algodão, pedras preciosas, artesanatos e peixes ornamentais. Ainda tramitam cerca de outras vinte solicitações de reconhecimento de alimentos, bebidas e produtos artesanais regionais.

Na linha do atendimento das exigências alimentares dos consumidores, o processo de intermediação produtiva e distribuição nos mercados atacadistas de alimentos é fundamental para articular as demandas e os interesses de um sistema agroalimentar de grandes dimensões como o brasileiro. No entanto, as Centrais de Abastecimento (CEASAs)

não conseguem sensibilizar a opinião pública e os agentes governamentais sobre a sua importância. A face mais visível do sistema de abastecimento atacadista nacional é a depreciação da infraestrutura de comercialização das CEASAs. Há um descumprimento de regras e normas de funcionamento decorrente de falhas em diretrizes e na gestão. Somente a modernização da infraestrutura logística para promover maior eficiência econômica das atividades de abastecimento não é suficiente.

Os agentes e os dirigentes dos mercados atacadistas precisam mostrar à sociedade o papel estratégico e fundamental que exercem.

O Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) celebra o seu oitavo caderno em parceria com a ***Agroanalysis***. O objetivo é conscientizar o setor sobre a importância da implementação de critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento econômico, com entrevistas e artigos sobre importantes temas para a pecuária. O manejo das pastagens e os movimentos de articulação e transparência da cadeia produtiva são alguns deles. A preocupação com a origem dos produtos cresce e motiva empresas e setores inteiros a reverem seus modelos e processos de produção.

Na entrevista do mês, o foco é a mudança de paradigma no processo de produção da pecuária brasileira. O novo modelo baseia-se na sustentabilidade e no acréscimo da produtividade. Em paralelo, a emissão de gases do efeito estufa (GEE) diminui e as legislações trabalhista e ambiental são respeitadas. Esta é a opinião do entrevistado Caio Penido, presidente do GTPS, com larga experiência e tradição no setor, que comenta, também, sobre a complexidade e a insegurança existentes na regularização ambiental e fundiária. Se houvesse uma formulação mais simples e fosse atingível para a grande maioria dos pecuaristas, haveria estímulo para o avanço da tecnologia no campo. ■

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES**.

**WWW.AGROANALYSIS.COM.BR**



SUMÁRIO


04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
CAIO PENIDO
BRASIL: POTÊNCIA AGROAMBIENTAL DESVALORIZADA

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
ECONOMIA EM RITMO LENTO

15 AGRODROPS

20 MERCADO & NEGÓCIOS

20 AÇÚCAR E ÁLCOOL
A VANTAGEM DA DIVERSIFICAÇÃO

22 CENTRO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL
FÓRUM 2018: PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS

24 POLOS AGROALIMENTARES
MERCADOS ATACADISTAS DE QUARTA GERAÇÃO

26 CAPA BOI GORDO
EXPECTATIVAS PARA O MERCADO EM 2019

30 POLÍTICA AGRÍCOLA

30 CAPA RETRATO DO AGRO NOS ESTADOS UNIDOS
TENDÊNCIA DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

32 GESTÃO

32 CAPA DESENVOLVIMENTO RURAL
A IMPORTÂNCIA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

35 CONTEÚDO ESPECIAL

35 CAPA PECUÁRIA
BRASIL: POTÊNCIA AGROAMBIENTAL

40 AGROCERES
EFEITO DO BEM-ESTAR ANIMAL

43 JOHN DEERE
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO AGRO

44 FAESP
ADPF Nº 514: VITÓRIA NA EXPORTAÇÃO DE CARGA VIVA

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA

47 PRODUZIR
ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

48 OPINIÃO
FOCO NA AGROPECUÁRIA PARA SÃO PAULO CRESCER

49 REFLEXÃO
ENTRE O FRACASSO E O INESPERADO

50 ESTATÍSTICA

# BRASIL: POTÊNCIA AGROAMBIENTAL DESVALORIZADA

## CAIO PENIDO

PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL (GTPS)

*DA REDAÇÃO*

Empresário nas áreas de agronegócio e produção audiovisual, Caio Penido é presidente do GTPS e diretor de Comunicação do Instituto Mato-grossense da Carne (IMAC). É, também, sócio-diretor da Encruzilhada Filmes e da Agropecuária Água Viva e membro do Conselho de Administração do Grupo Roncador, voltado às atividades de pecuária, agricultura e mineração.

ATUALMENTE, QUAL É O MAIOR DESAFIO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL?

**CAIO PENIDO:** Acesso a crédito, assistência técnica e regularização ambiental! Acredito que a real motivação para que o pecuarista busque crédito e assistência técnica seja a agregação de valor à produção comprovadamente sustentável. Se o pecuarista perceber que ele vai ganhar mais dinheiro com a adoção de boas práticas, ele vai espontaneamente se regularizar, acessar crédito e contratar a assistência técnica.

Outro grande desafio são a complexidade e a insegurança do processo de regularização ambiental e fundiária: deveria ser mais simples e atingível. Muitas vezes, tal processo de regularização é tão complexo que desestimula o produtor.



QUAL É A MISSÃO PRINCIPAL DA NOVA GESTÃO À FRENTE DO GTPS?

**CP:** Encontrar a verdadeira **motivação** que irá impulsionar a transição do velho para o novo paradigma da produção sustentável, estimulando os pecuaristas a produzirem mais emitindo menos gases do efeito estufa e respeitando as legislações trabalhista e ambiental. Transforma-se, assim, o

> “...AVANÇAMOS MUITO NOS ÚLTIMOS ANOS, MAS AINDA EXISTEM PROBLEMAS, CAUSADOS, SOBRETUDO, PELA FALTA DE INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS SOBRE O SETOR.”

Código Florestal, o ativo ambiental e os sistemas produtivos de baixas emissões em vantagens competitivas do Brasil!

Para isso, será preciso estimular a melhoria contínua por meio do engajamento dos diferentes atores dessa cadeia e apoiar a elaboração de estudos relevantes que fundamentem a escolha de um bom plano de ação para que o Brasil seja referência mundial em pecuária sustentável. Por fim, precisamos comunicar-nos cada dia melhor com a sociedade brasileira sobre a realidade do setor.

### É POSSÍVEL COMPOR UMA AGENDA ENTRE OS ELOS DA CADEIA DE VALOR DA PECUÁRIA?

**CP:** Sim, mas envolve um conjunto de ações. É preciso reconhecer o Brasil como referência em conservação ambiental e o produto rural como guardião de boa parte dessa diversidade. O apoio das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente (SEMAs) é fundamental para validar os Cadastros Ambientais Rurais (CARs) e atender o Código Florestal. Isso dará segurança jurídica ao produtor e o País. O estímulo à intensificação sustentável inclusiva e em escala deve vir por meio de sistemas produtivos mais eficientes e com menor emissão de gases do efeito estufa (GHG, na siga em inglês).

Temos, ainda, que combater o desmatamento ilegal, apoiar o Código Florestal e regulamentar ferramentas para serem usadas na prática. O desenvolvimento de mecanismos de valorização do ativo ambiental, por exemplo, oferece aos produtores alternativas ao desmatamento, como sistemas agroflorestais, Prestação de Serviços Ambientais (PSA), crédito de carbono, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+, na sigla em inglês) e floresta como garantia a financiamentos, dentre outros. Para as áreas de Reserva Legal (RL) e seus excedentes, aplica-se mecanismos de isenção fiscal. Ao atender o Código Florestal, o produtor deve receber apoio no acesso a financiamentos, investidores e fundos diferenciados.

As campanhas de valorização da carne de qualidade, comprovadamente sustentável e livre de desmatamento ilegal, promovem o consumo responsável e consciente. Apoiamos a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e outras instituições com dados e argumentos para a abertura de mercados, o reconhecimento e a valorização das boas práticas e o desenvolvimento da sustentabilidade. Afinal de contas, para pagar a conta da intensificação sustentável na nossa pecuária, é preciso que os consumidores reconheçam esses atributos fundamentais para conquistar novos mercados.

### A INDÚSTRIA PODERIA LIDERAR A COORDENAÇÃO DA CADEIA?

**CP:** Acredito que as indústrias, as redes varejistas e os restaurantes, sobretudo, mas não somente os grandes, tenham um papel importante nesse processo. Afinal, são estes *players* que comercializam a nossa carne aqui e lá fora e sentem de perto as exigências, as barreiras e as expectativas dos mercados interno e internacional.

Mas, antes de tudo, é necessário que internalizem esses novos paradigmas em seus modelos de

negócios, assumindo um "compromisso" genuíno e tangível que remunere melhor quem produz certo, com base na maturidade dessas empresas, e não em imposições externas!

TIVEMOS PROBLEMAS RELACIONADOS A QUEIMADAS E DESMATAMENTOS NO PASSADO. AVANÇAMOS NESSA QUESTÃO?

**CP:** Acredito que avançamos muito nos últimos anos, mas ainda existem problemas, causados, sobretudo, pela falta de informações confiáveis sobre o setor. Até hoje, se discute o número de cabeças de gado no Brasil, cada um defendendo seu dado.

Na minha opinião, a estratégia de "moratórias" está ultrapassada. Para que possamos ser eficazes, precisamos, primeiramente, qualificar os indicadores sobre o setor. Para isso, no GTPS, estamos propondo um **raio x do desmatamento.** Queremos saber quanto do desmatamento está em terras públicas e quanto está em terras privadas. Do desmatamento em terras públicas, quanto foi em áreas indígenas, assentamentos ou florestas isoladas que podem estar prestes a ser griladas? Do desmatamento em terras privadas, quanto foi legal e quanto foi ilegal?

COMO CADA PROBLEMA EXIGE UMA SOLUÇÃO, PRECISAMOS EXPLICAR ISSO PARA A SOCIEDADE DE UMA FORMA CLARA E TRANSPARENTE.

PODEMOS CITAR EXEMPLOS DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA PECUÁRIA BRASILEIRA?

**CP:** Como a nossa legislação ambiental é rígida e conservacionista, o simples cumprimento do Código Florestal já é um exemplo de práticas sustentáveis, principalmente se comparado aos de outros países.

No entanto, é preciso ir além na intensificação sustentável com práticas de baixa emissão de carbono, sempre levando em conta o balanço líquido de emissões, e não só as emissões entéricas. Investimento em tecnologia e inovação também são importantes. Porém, nada disso adiantará se não houver investimento em treinamento e gestão.

É preciso avançar na adoção de modelos de produção só viáveis em nossas condições tropicais, como a integração Lavoura-Pecuária (iLP), a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), o plantio direto, a intensificação, entre outras práticas.

COMO FORAM OS DEBATES NA CONFERÊNCIA GLOBAL DE PECUÁRIA SUSTENTÁVEL, REALIZADA NA IRLANDA, PELA GLOBAL ROUNDTABLE FOR SUSTAINABLE BEEF (GRSB)?

**CP:** Na Conferência, cada país apresentou seu desafio relativo a sustentabilidade: alguns sofrem com a oposição aos hormônios e aos antibióticos, outros são questionados quanto ao bem-estar animal e à intensificação exagerada, e os países que ainda detêm floresta sofrem com o risco de desmatamento. Precisaremos alimentar 9,5 bilhões de habitantes em 2050, e, por isso, não se trata de uma competição entre países; todos precisam superar seus desafios e produzir alimentos para toda a população e para sempre.

Durante o evento, foi muito interessante perceber que o Brasil está em uma situação relativamente confortável: não utilizamos hormônio, utilizamos pouco antibiótico, a maior parte do nosso rebanho é criada a pasto, ainda podemos intensificar de forma sustentável mantendo o bem-estar animal e melhorando o balanço de carbono. Enfim, fazemos

tudo isso e ainda conservamos mais de 60% da vegetação nativa do País. O próximo passo é mapear cada um desses atributos, mensurá-los, validá-los e transformar isso tudo em diferencial competitivo para o Brasil!

## COMO AS POLÍTICAS PODEM VALORIZAR OS ATIVOS AMBIENTAIS?

**CP:** Vivemos em um país que tem o que poucos têm: floresta e biodiversidade. A nossa legislação e o Código Florestal obrigam o produtor a conservar boa parte da sua propriedade, e é por isso que precisamos, também, de uma atuação firme do Governo para transformar o nosso ativo ambiental em vantagem competitiva para o produtor e o Brasil.



Se a biodiversidade tem realmente valor para o mundo, precisamos mensurar e precificar isso para reconhecer o Brasil como a potência ambiental que é! Nossa vegetação nativa deveria ser nosso petróleo verde. Ao prestar serviços ambientais e ecossistêmicos para todo o mundo, deveríamos estar sendo reconhecidos e remunerados por estes serviços. Por isso, acredito na valorização do ativo ambiental como estratégia de conservação.

## COMO PODEMOS VALORIZAR O PRODUTO BRASILEIRO NO MERCADO GLOBAL?

**CP:** Infelizmente, a nossa rica biodiversidade tem nos prejudicado no mercado global. A nossa carne "carrega" um alto custo ambiental não convertido em vantagem competitiva. Ao contrário, a falta de dados e o despreparo de nossos negociadores têm nos transformado em vítimas de uma concorrência desleal no mercado internacional, exatamente pelo risco de desmatamento.

O produtor brasileiro arca com o investimento inicial na aquisição de terras com vegetação nativa para poder produzir no restante da propriedade, tem um custo anual no controle e na manutenção das RLs, precisa gastar com cercas para separar as pastagens da vegetação nativa e precisa contratar técnicos ambientais e advogados especializados para tentar se regularizar e se defender. Tudo isso pelo simples motivo de ainda sermos os maiores detentores de áreas nativas ricas em biodiversidade do mundo.

Já os nossos concorrentes, que não conservaram suas florestas, são vistos como um mercado ambientalmente seguro. É uma inversão total de valores, e precisamos pensar em atuar junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e demais organismos globais para tornar o acesso a mercados internacionais mais justo para o Brasil.

Floresta, biodiversidade, carbono e água têm valor? Então, chegou a hora de monetizarmos esse ativo ambiental e transformá-lo efetivamente em vantagem competitiva para o Brasil – a maior potência agroambiental do mundo. ■


AL.SP.GOV.BR

**O RenovaBio gerará investimento e redução das emissões de $CO_2$. Galgaremos um novo patamar de inserção do Brasil no mundo, com valorização da agroenergia nacional.**

JACYR COSTA FILHO, diretor do grupo Tereos para o Brasil

Nossa proposta não é apresentar um documento com sugestões ao próximo governo, mas sim redigir um Plano de Estado, com o olhar voltado para um horizonte até 2030.

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro)

Quando olhamos a força do Brasil na produção, o produtor cumpre bem o seu papel de empreendedor e inovador. Já na parte de infraestrutura, vemos um déficit na exportação portuária.

MURILO PARADA, CEO da Louis Dreyfus Company no Brasil

Devemos cobrar da próxima liderança política a capacidade de mudar as regras do jogo no relacionamento entre os poderes e na forma de comunicação com a sociedade, com reformas.

CARLOS ALBERTO DE MELO, cientista político e professor do Insper

Investe-se de dez a quinze anos na pesquisa de novos produtos, mas o sistema regulatório demora até oito anos para liberar novas moléculas.

AUGUSTO MORAES, diretor de Relações Institucionais da Corteva Agriscience™ para a América Latina

Se não fosse a superação do processo burocrático e das pressões contrárias sem fundamentos científicos, mas ideológicos, o Brasil não estaria nesse estágio regulatório da Lei de Biossegurança.

LEILA DOS SANTOS MACEDO, engenheira química e doutora em Biossegurança

Se cada elo da cadeia produtiva mirar apenas os seus interesses setoriais ou particulares, fragmentaremos as nossas forças e dissiparemos a nossa voz.

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES.**

**WWW.AGROANALYSIS.COM.BR**

# ECONOMIA EM RITMO LENTO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A RECUPERAÇÃO da atividade econômica brasileira tem frustrado muitos economistas ao longo dos últimos anos. De fato, tem sido recorrente que as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do País do ano seguinte se situem em patamares de 2% a 3% na virada de cada ano. Estas projeções são revistas paulatinamente à medida que o tempo passa, e a realidade dos fatos impõe um quadro menos otimista do que o vislumbrado anteriormente.

O ano de 2018 não foi diferente nesse sentido: a mediana das projeções de mercado, segundo o Banco Central (BCB), apontava para um crescimento do PIB brasileiro de 2,70% no final de 2017. Atualmente, a mediana das projeções para o crescimento do PIB neste ano situa-se em 1,34% (ou seja, metade do patamar previsto no final do ano passado).

Sem sombra de dúvida, este ano foi repleto de eventos que contribuíram para o pessimismo




SHUTTERSTOCK

em termos de retomada do crescimento. Um dos principais eventos nesse sentido foi a greve dos caminhoneiros em maio, que, virtualmente, paralisou a atividade econômica do País. Esse fenômeno, por si só, cortou qualquer possibilidade de uma retomada maior no segundo trimestre do ano. Além desse fato, o cenário político-eleitoral, que dominou boa parte do segundo semestre do ano, impôs uma considerável incerteza quanto aos rumos da economia no âmbito nacional a partir de 2019.

A conjugação desses dois eventos tornou as famílias mais conservadoras nas suas decisões de consumo e estimulou as empresas a postergarem suas decisões de investimento. Em face disso, a demanda agregada brasileira continuou combalida ao longo do ano. Isso levou a uma estagnação das vendas e da produção, mesmo em um contexto em que o BCB prosseguiu reduzindo a taxa de juros e aumentando a liquidez do sistema financeiro por meio da diminuição das exigências de depósitos compulsórios sobre depósitos à vista.

Em termos práticos, isso significa que o ano de 2018 registrará um crescimento do PIB pouco acima de 1% em relação ao ano anterior. Este resultado pode melhorar um pouco caso ocorra uma bolha de otimismo do ponto de vista do consumo e do investimento após o desfecho das eleições presidenciais.

Olhando adiante, no entanto, o quadro não inspira muito otimismo em termos da economia brasileira. O novo governo enfrentará desafios que não são pequenos e terá pouco tempo para aprovar reformas constitucionais que sinalizem para um ajuste fiscal no longo prazo. Dentre as reformas necessárias, o destaque vai para a reforma da previdência, dado o elevado déficit apresentado no sistema.

Ao mesmo tempo, o novo governo herdará uma economia que apresentou baixíssimos níveis de investimento em diversas áreas, particularmente na infraestrutura, e que apresenta poucas condições para uma recuperação do crescimento econômico em bases mais elevadas. Isso significa que o governo deverá focar-se, no início de 2019, em ações que melhorem o ambiente de negócios e que aumentem a atratividade de investimentos produtivos na economia brasileira.

Ainda assim, as perspectivas de crescimento econômico para 2019 não são das melhores. Uma recuperação sustentável do lado do consumo das famílias ainda é uma incógnita. Isso se deve ao fato de que o ciclo de endividamento estimulado pelo governo entre 2011 e 2014 centrou-se no crédito imobiliário. A característica deste endividamento é que ele tem um prazo relativamente elevado (vinte a trinta anos). Em outras palavras, parte considerável das famílias brasileiras encontra-se em um contexto de endividamento de longo prazo.

Esse fenômeno, conjugado à estagnação nos níveis de renda, tem feito com que essa parcela sacrifique outros tipos de consumo em prol da continuidade do pagamento da dívida imobiliária. Isso significa que uma parcela considerável das famílias brasileiras não tem espaço do ponto de vista orçamentário para ampliar seu consumo, o que, por si só, tem limitado a retomada da demanda na economia brasileira.

Nesse sentido, apenas quando os níveis de endividamento das famílias e seu comprometimento da renda com o serviço da dívida tiverem atingido níveis relativamente mais baixos é que haverá espaço para ampliação do consumo. Até lá, o crescimento da demanda agregada brasileira e da produção ficará relativamente mais limitado. ■

morya.

sicredi.com.br




Somos o Sicredi e para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

*Abra uma conta com a primeira instituição financeira **cooperativa** do Brasil.*

Sicredi

Seguros intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi. Verifique se o crédito consultado cabe no seu orçamento. Crédito sujeito à análise e aprovação.
**SAC Sicredi:** 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala:** 0800 724 0525. **Ouvidoria Sicredi:** 0800 646 2519.

# AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

## JUROS PÓS-FIXADOS NO CRÉDITO RURAL

No pacote do Plano Safra 2018-2019 (de julho de 2018 a junho de 2019), estava previsto o início das operações de crédito rural com taxas de juros pós-fixados atrelados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em outubro. Essa medida não envolveria mais a equalização dos recursos subsidiados devido à diferença entre os empréstimos com taxa de juros controlados e a taxa de referência Selic. Como houve uma resistência por parte dos produtores para a realização desses financiamentos devido às incertezas econômicas, o prazo foi adiado para 30 de novembro. Esse embate é antigo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Fazenda (MF).

## ÁREA PRESERVADA NO BRASIL

As áreas de vegetação nativa preservadas por agricultores, pecuaristas, silvicultores e extrativistas somam 25% do território brasileiro, o equivalente a R$ 3,1 trilhões. O levantamento, feito pela Embrapa Territorial, foi possível graças ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). É a maior área preservada no mundo.

**USO TERRITORIAL DO BRASIL**

| USO DA TERRA | % |
|---|---|
| **1. Vegetação protegida e preservada** | **66,3** |
| **1.1. Preservação da vegetação nos imóveis rurais** | 25,6 |
| **1.2. Vegetação nativa em terras devolutas não cadastradas** | 16,5 |
| **1.3. Terras Indígenas (TIs)** | 13,8 |
| **1.4. Unidade de Conservação (UC) integral** | 10,4 |
| **2. Uso agropecuário** | **30,2** |
| **2.1. Pastagens plantadas** | 13,2 |
| **2.2. Pastagens nativas** | 8,0 |
| **2.3. Lavouras** | 7,8 |
| **2.4. Florestas plantadas** | 1,2 |
| **3. Infraestrutura e outros** | **3,5** |
| **TOTAL (1 + 2 + 3)** | **100,0** |

Fonte: SICAR

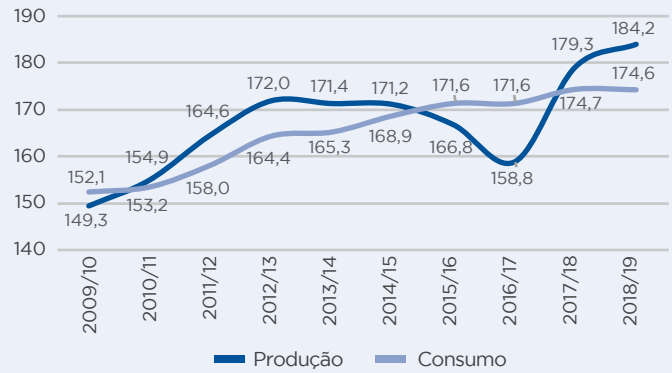
## CONTENCIOSO DO AÇÚCAR NA OMC

Responsáveis por 85% da produção mundial de açúcar, os países da Aliança Global para o Açúcar – Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Guatemala, África do Sul e Tailândia – devem abrir um contencioso na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a prática de subsídio do setor. Como a Índia acaba de aprovar um pacote de apoio aos produtores de US$ 760 milhões para estimular a exportação de 5 milhões de toneladas, tal país é o principal alvo. Diante desse cenário, as usinais nacionais em condições de produzir etanol optam por esta alternativa.

## CRESCE ESTOQUE MUNDIAL DE AÇÚCAR

Na safra 2018/19, a produção mundial de açúcar cresce na Índia, nos Estados Unidos, na Tailândia e na China. Estes países subsidiam fortemente o setor. A participação brasileira no comércio internacional caiu de 50,0% para 35,5%. Com excedentes de 4,5 milhões de toneladas, a Índia assume a liderança. Nesse quadro, os governos dos países asiáticos analisam aumentar a participação do etanol de cana-de-açúcar no combustível fóssil. O preço da *commodity* caiu mais de 30% nas principais bolsas do mundo.

**MUNDO: BALANÇO ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR**
(MILHÕES DE TONELADAS)




Fonte: ISO

## REDUÇÃO NO REBANHO BOVINO

O plantel brasileiro de bovinos teve pequena queda em 2017 quando em comparação a 2016. Trata-se da primeira baixa depois de 2012. Houve aumento e descontrole no abate do rebanho – inclusive no descarte de matrizes –, ambos gerados pela operação Carne Fraca deflagrada pela Polícia Federal. Esse aumento na oferta de animais, combinado a um regime favorável de chuvas nas pastagens, reduziu os preços dos bezerros e da arroba do boi. Em tamanho do rebanho, lidera a região Centro-Oeste, seguida pela região Norte.

**BRASIL: EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO**
(MILHÕES DE CABEÇAS)

| ANO | Centro-Oeste | Norte | Sudeste | Sul | Nordeste | Brasil |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **2010** | 72,5 | 42,1 | 38,3 | 27,9 | 28,7 | **209,5** |
| **2011** | 72,7 | 43,2 | 39,3 | 28,0 | 29,6 | **212,8** |
| **2012** | 72,4 | 43,8 | 39,2 | 27,6 | 28,3 | **211,3** |
| **2013** | 71,2 | 44,7 | 39,4 | 28,0 | 29,0 | **212,3** |
| **2014** | 71,2 | 45,8 | 38,6 | 27,5 | 29,3 | **212,4** |
| **2015** | 72,7 | 47,2 | 38,8 | 27,4 | 29,1 | **215,2** |
| **2016** | 75,1 | 48,0 | 38,4 | 28,3 | 28,4 | **218,2** |
| **2017** | 74,2 | 48,5 | 37,5 | 27,0 | 27,7 | **214,9** |

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal/IBGE

## ADIADA A APROVAÇÃO DA FARM BILL 2018-2023

O prazo para a aprovação da Farm Bill 2018-2023 pelo Congresso, previsto para 30 de setembro último, não foi cumprido e segue em discussão. Enquanto isso, o governo norte-americano promete distribuir US$ 12 bilhões em ajuda a agricultores prejudicados pelas aplicações de tarifas de importação nas disputas comerciais. As primeiras liberações vão para os produtores de grãos, suínos e leite, no valor de US$ 4.696 milhões. Para a compra de gêneros alimentícios, irão mais US$ 1,2 bilhão. Novos pagamentos devem ser anunciados em dezembro.

**EUA: PAGAMENTOS PARA PRODUTORES**

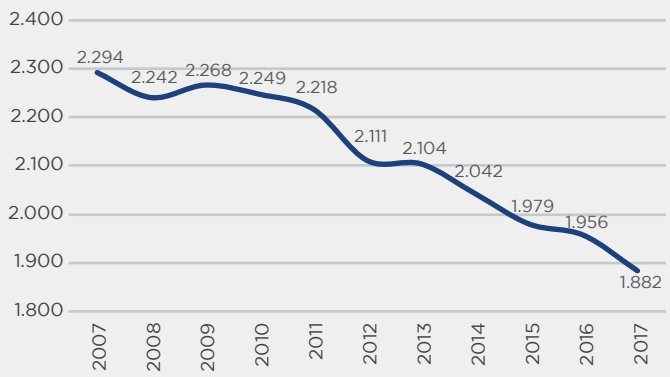
| PRODUTO | Pagamento (US$ milhões) |
|---|---|
| Soja | 3.629,7 |
| Algodão | 276,9 |
| Suínos | 290,3 |
| Leite | 127,4 |
| Outros | 372,0 |
| TOTAL | 4.696,3 |

Fonte: USDA

## CONSUMO MUNDIAL DE SUCO DE LARANJA EM QUEDA

Pelo oitavo ano consecutivo, o consumo mundial de suco de laranja teve queda em 2017. A queda na produção da matéria-prima na safra brasileira de 2016/17, responsável por 80% da oferta mundial, explica grande parte desta baixa. Outros produtos concorrentes, como néctares, refrescos e refrigerantes, ganharam espaço no mercado. Em milhões de toneladas, as maiores variações negativas aconteceram na América do Norte (-314), na Europa (-134) e na Oceania (-14), tendo havido aumento na América Latina (+61), na Ásia (+20), no Oriente Médio (+17) e na África (+10).

**CONSUMO MUNDIAL DE SUCO DE LARANJA**
(MILHÕES DE TONELADAS)




Fonte: Markestrat, com base em informações de Tetra Pak, Euromonitor, Planet Rail e Departamento de Cítrus da Flórida

## CONSUMO DE PRODUTOS *HALAL*

A prática do *halal* (que significa "lícito" em árabe) atende as exigências do Alcorão e ganha adeptos além dos muçulmanos. A sua certificação de conformidade vai desde a matéria-prima utilizada na fabricação até a higienização, a rastreabilidade, a armazenagem e o transporte. Neste ano, a economia *halal* global deve atingir a marca de US$ 6,4 trilhões, o dobro dos US$ 3,2 trilhões contabilizados em 2012. Referência no mercado mundial, o Brasil exporta para 57 países islâmicos, sendo 22 árabes, o que resulta em mais de 2 milhões de toneladas de carne por ano. Novos mercados estão sendo abertos no continente asiático, em especial na China e na Coreia do Sul.

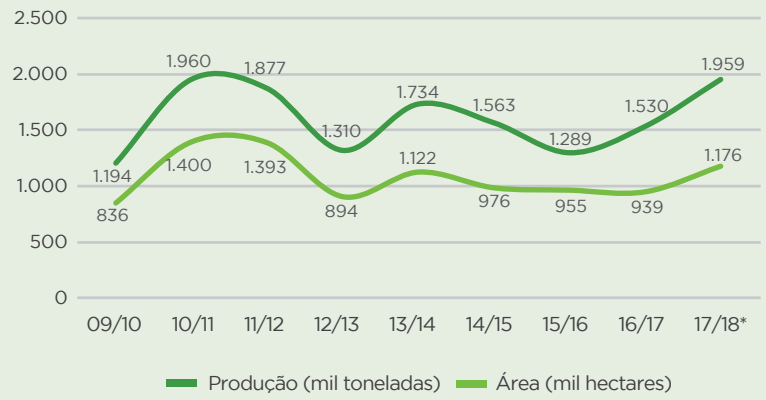
## BRASIL NO COMÉRCIO AGRÍCOLA MUNDIAL

Pelos dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), o Brasil terminou o ano de 2016 com uma fatia de 5,7% do mercado global, abaixo apenas dos Estados Unidos, com 11%, e da Europa, com 41%. O comércio agrícola mundial passou de US$ 570 milhões para US$ 1,6 bilhões entre 2000 e 2016. A expansão econômica da China e a demanda por biocombustíveis foram os principais fatores deste crescimento. Em 2000, o Brasil era o 13º maior importador, com 0,9% do mercado mundial. Em 2016, a lista dos vinte primeiros colocados já não traz o mercado brasileiro.

## CICLO DE CRESCIMENTO NA COTONICULTURA

Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), a colheita nacional de pluma de algodão na safra 2017/18 será recorde. A quantidade superará a registrada em 2011. Entre os maiores exportadores, depois dos Estados Unidos (39%) e da Índia (12%), virá o Brasil, à frente da Austrália. Entre os maiores importadores, estão Bangladesh (19%), Vietnã (17%) e China (14%). Nas últimas duas temporadas, a produção nacional cresceu quase dois terços. Para a safra 2018/19, deverá haver outro aumento na área de plantio.

**BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE ALGODÃO**




* Previsão
Fonte: Abrapa

## DIREITOS DE PROPRIEDADE E SUA UTILIZAÇÃO

Segundo dados preliminares no Censo 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na comparação entre os dois últimos censos, de 2006 a 2017:

- Aumentou o número de estabelecimentos de área própria (4,1%) e sem titulação definitiva (35,6%), embora tenha ocorrido uma pequena queda na área total correspondente aos estabelecimentos próprios (-1%).

- Diminuíram a quantidade de estabelecimentos com arrendamentos (-4,2%), parcerias (-4,5%) e ocupados (-2,1%), enquanto aumentaram as áreas em, respectivamente, 98,6%, 140,6% e 35,3%.

**CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS**

| ESTABELECIMENTOS | Censo | Unidades | Hectares |
|---|---|---|---|
| **Próprios** | 2006 | 3.946.411 | 302.138.391 |
| | 2017 | 4.107.910 | 299.240.392 |
| | **Var. %** | **4,1%** | **-1,0%** |
| **Sem titulação** | 2006 | 194.867 | 5.857.124 |
| | 2017 | 264.273 | 6.063.858 |
| | **Var. %** | **35,6%** | **3,5%** |
| **Arrendados** | 2006 | 333.975 | 15.127.485 |
| | 2017 | 319.936 | 30.044.996 |
| | **Var. %** | **-4,2%** | **98,6%** |
| **Parcerias** | 2006 | 186.193 | 3.249.841 |
| | 2017 | 177.763 | 7.818.418 |
| | **Var. %** | **-4,5%** | **140,6%** |
| **Ocupados** | 2006 | 474.133 | 7.216.236 |
| | 2017 | 464.298 | 9.766.712 |
| | **Var. %** | **-2,1%** | **35,3%** |

## PRODUÇÃO DE SUCO DE LARANJA

A quantidade de extratoras e processadoras de suco de laranja instaladas nas fábricas de pequeno e médio portes cresceu nos últimos anos. A pesquisa foi feita pela Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) com base no número de extratoras das fábricas. Essa constatação é coerente com a multiplicação de marcas de suco de laranja integral e de néctares e refrescos. Com uma produção de 288,3 milhões de caixas de 40,8 quilos de laranja na safra 2017/18, segundo a entidade, o Brasil possui um potencial de consumo adicional de suco equivalente a 50 milhões de caixas.



SHUTTERSTOCK

AÇÚCAR E ÁLCOOL

# A VANTAGEM DA DIVERSIFICAÇÃO

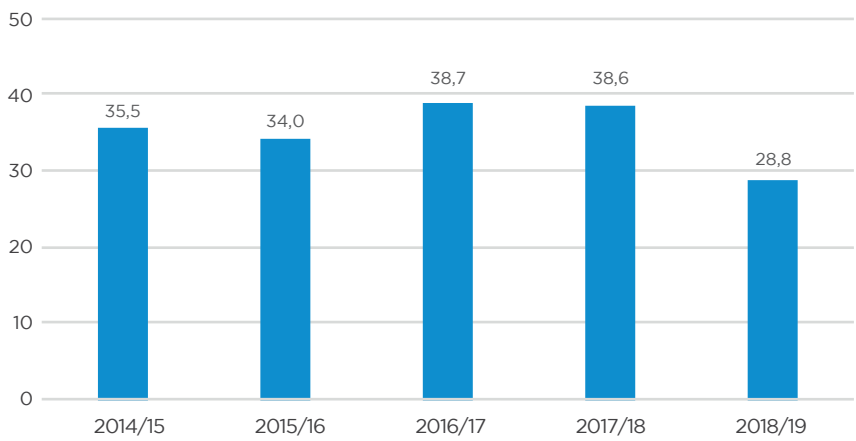
PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

A PARTIR de 1975, o setor de açúcar e etanol diversificou na direção do etanol, o que permitiu a expansão da produção, que passou de 7,1 milhões de toneladas de açúcares totais recuperados (ATR, ou seja, o açúcar e o etanol avaliados em uma unidade comum), na safra 1975/76, para 83,9 milhões de toneladas de ATR, na safra 2018/19. Nesse período, a proporção da cana direcionada para a fabricação de etanol passou de 13,4% para 64,0%, projetados em 2018/19, sendo o restante direcionado para açúcar.

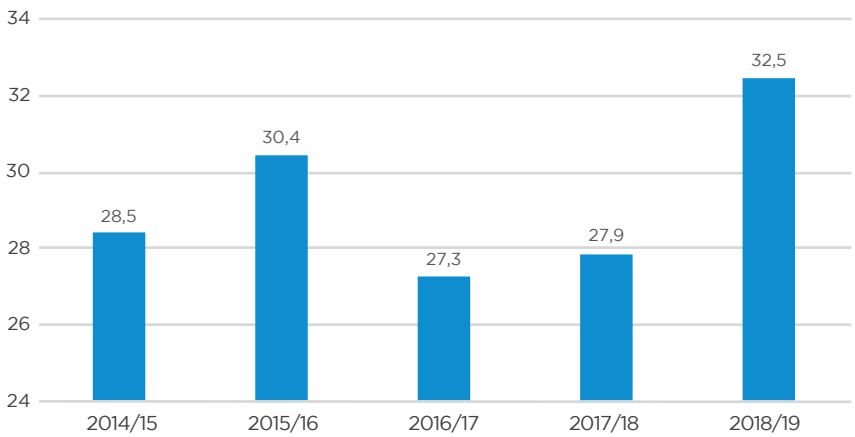
Neste ano, é esperado que a produção de etanol atinja o recorde de 32,47 bilhões de litros, dos quais 30,45 bilhões de litros no Centro-Sul e 2,02 bilhões de litros no Norte-Nordeste, e que a produção de açúcar fique reduzida a apenas 28,8 milhões de toneladas, sendo 26,4 milhões de toneladas no Centro-Sul e 2,4 milhões de toneladas no Norte-Nordeste. O volume de açúcar em 2018/19 é surpreendente, pois, apenas um ano antes, havia acumulado 38,6 milhões de toneladas – o que representa uma queda de 9,8 milhões de toneladas – e um *mix* de produção 11,0% mais alcooleiro do que no ano anterior. Essa mudança é a reação dos produtores a preços mais baixos de açúcar, decorrentes de um crescimento muito grande da produção em outras geografias, como Índia, Tailândia e União Europeia.

**BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR**
(MILHÕES DE TONELADAS)




Fonte: DATAGRO

**BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ETANOL**
(BILHÕES DE LITROS)




Fonte: DATAGRO

Com uma produção de açúcar de 28,8 milhões de toneladas, o Brasil perde, neste ano, a liderança mundial na produção de açúcar para a Índia, que, em 2016/17 (outubro/setembro), produziu 20,40 milhões de toneladas, mas que, em 2017/18, produziu 32,47 milhões de toneladas e, em 2018/19, estima-se que produzirá 32,50 milhões de toneladas. Esse resultado, obviamente, não significa que o Brasil esteja perdendo protagonismo no mercado de açúcar. O que conta é a oferta total de ATR, parâmetro segundo o qual o Brasil continua sendo líder absoluto, com mais de 80 milhões de toneladas. Assim, o resultado reflete apenas a capacidade da indústria brasileira de se adaptar a variações de preço, optando pelo produto mais vantajoso, o que representa uma grande vantagem competitiva. E essa adaptabilidade é resultado da diversificação.

A maior variação anual no *mix* de produção entre açúcar e etanol observada até este ano havia sido de 5,6%. Mas, em 2018, ficou provado que ela é bem maior e que beirou, em alguns momentos da safra atual, 13% em relação ao ano anterior. No entanto, a partir do final da década de 1990, a diversificação avançou em outras direções, como o aproveitamento do bagaço excedente para a geração de bioeletricidade. Tal bioeletricidade é absolutamente complementar à eletricidade gerada pelo parque hidrelétrico, que tem sua curva de menor geração exatamente nos meses de inverno mais seco, em que a cana é colhida e processada na região Centro-Sul.

Além disso, a cogeração pode avançar muito mais ainda, com vantagens muito grandes para o sistema interligado, pelos baixos investimentos, pelas perdas em transmissão e por ser considerada uma fonte de energia firme no período em que é gerada. Há seis anos, a diversificação avançou na direção do aproveitamento de resíduos celulósicos, bagaço e palha para a produção de etanol celulósico, ou de segunda geração. E, mais recentemente, a diversificação caminha na direção do aproveitamento da vinhaça e da torta de filtro para a geração de biogás e biometano e da integração entre a cana e o milho como fontes de biomassa.

A diversificação permite maior geração de energia a partir da mesma base de produção agrícola, e, quando realizada de forma ambientalmente sustentável, é melhor ainda. Esses foram os princípios que nortearam a criação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por meio da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017.

A diversificação vai continuar trazendo mais renda, mais investimentos, maior produtividade, menores custos e menores preços para os consumidores. As crescentes sustentabilidade e eficiência energética e ambiental da produção de biocombustíveis vão permitir maior longevidade no uso de combustíveis tradicionais, ao serem utilizados de forma combinada e complementar, dando um grande impulso à geração de emprego e renda no interior do País. ■

## CENTRO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

# FÓRUM 2018: PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS

LUIZ ANTONIO CORNACCHIONI
Diretor executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O CENTRO de Comércio Internacional (ITC, na sigla em inglês) é uma agência de desenvolvimento dedicada a dar suporte e competitividade **à** internacionalização das pequenas e das médias empresas. Estabelecida em 1964, com sede em Genebra, na Su**íça,** a agência opera muito próxima da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os focos da entidade estão em sintonia com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

No seu quinto Fórum, realizado em outubro último, o tema escolhido foi "Meta 12: Produção e Consumo Responsáveis". O objetivo foi analisar as relações de comércio sustentável nas cadeias de valor globais. O diagnóstico levou em conta pressupostos como o crescimento econômico acelerado e o consumo desenfreado, com modelos de produção insustentáveis e esgotamento dos recursos naturais.

Para o ITC, a evolução dos negócios nesse ritmo e nessa direção não serve como opção para a sociedade. Empresários, governos e consumidores possuem papéis vitais na mudança mais rápida desse processo. Isso passa pela maior demanda por melhores informação, comunicação e padronização sobre produtos e serviços de menor impacto ambiental. É a disseminação das boas práticas de produção aliadas a mudanças no comportamento do consumidor.

Entre as maiores do mundo, conhecidas marcas da indústria enfrentam a pressão de custo na questão polêmica da condição de trabalho, com a contratação de auditores sociais e arrocho nas normas de *compliance*. Estas ações serão suficientes para melhorar a transparência e a contabilidade nessas cadeias de suprimentos.

De acordo com um levantamento da Union for Ethical BioTrade (UEBT), para 79% dos consumidores as companhias possuem a obrigação moral de



SHUTTERSTOCK

desenvolver modelos de produção sustentáveis para compensar a biodiversidade perdida, com rastreabilidade das fontes utilizadas e dos meios de sustentação. O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF, na sigla em castelhano) estima que o mercado baseado na biodiversidade chegará a US$ 290 bilhões, com crescimento anual de 19% até 2020.

Cerca de 40% da população mundial vive em mercados emergentes, cuja gravidade econômica tem sido lentamente crescente. Surge, então, a seguinte pergunta: os negócios suportarão modelos de consumo com tendências mais sustentáveis no futuro? Da mesma forma, as empresas irão apoiar essa mudança de padrão?

Nesse processo, a contribuição do ITC corre no sentido de aumentar a competitividade mundial das pequenas empresas. As estratégias adotadas são de adição de valor ao comércio e investimentos em associações globais. A prioridade é levar conhecimento e experiência para os setores mais excluídos da sociedade, de modo a garantir maior igualdade nas oportunidades. ■

## GRUPO DE PAÍSES PRODUTORES DO SUL (GPS)

Criado em 2012 e formado por entidades privadas da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, o GPS é presidido por Horacio Sanchez Caballero e participou do Fórum 2018 do ITC. Trata-se de um projeto composto por especialistas e empresários. O compromisso é contribuir com a construção de um polo sul-americano capaz de responder às novas demandas alimentícias sustentáveis, com geração de riqueza, emprego e capital social na região.

No momento, é primordial avançar nos conhecimentos sobre o desenvolvimento sustentável entre governos e a iniciativa privada. Num trabalho conjunto, o objetivo é negociar com parceiros os benefícios para os consumidores de uma economia mais sustentável no longo prazo.

Nas apresentações do Fórum, chamou a atenção o fato de que, do ponto de vista geopolítico, desde a decisão tomada na Conferência Ministerial da OMC em 2012, de eliminar os subsídios nas exportações de produtos e serviços, praticamente nada ocorreu. Os acordos multilaterais tinham progressos quando os grandes *player*s internacionais, como os Estados Unidos e a União Europeia, sentavam juntos na mesa de negociação.

Hoje em dia, a União Europeia segue como figura de destaque na OMC, enquanto os Estados Unidos e a China estão em definição. São economias e culturas diferentes. O Estado controla cerca 60% da economia chinesa e carrega a agricultura com subsídios acima dos de todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trump acha que a OMC precisa reformar o sistema multilateral: a reciprocidade é uma mentalidade mercantilista.

Existem preocupações com a inclinação das gerações mais novas de decidirem com base nas recomendações de consumo fornecidas pelas redes sociais. Falou-se do objetivo 2 das metas 2030, de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar com melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

As agendas diferem. Para o consumidor, aparecem temas como saúde, segurança, transparência, impacto ambiental e social, tendências disruptivas, entre outros. Na agricultura, tem-se as questões de apoios domésticos, estoques públicos, acesso a mercado e barreiras de comércio; tudo isso relacionado à pobreza e à mudança climática.

Com a Austrália, tem-se relacionamentos institucionais, como a Conferência do Grupo de Cairns, a ser realizada em 21 de setembro de 2019, com vinte países, que representam mais de 25% das exportações mundiais de produtos agrícolas. Está em discussão a cota 481, da União Europeia, sobre importação de animais confinados.

As conversas sobre o futuro do consumo sustentável em mercados emergentes prosseguem e deverão ser acompanhadas pelo GPS. Os modelos podem variar, pois dependem de como se mede o desenvolvimento de culturas e hábitos diferentes. Os cuidados com a saúde das pessoas, as condições climáticas e os recursos naturais são específicos. Existem limites e possibilidades na adoção dos modelos ocidentais. Existem dúvidas sobre a capacidade dos negócios de suportar custos como o da sustentabilidade do sistema financeiro. Pressões de poderes alinhados com a possibilidade de um modelo universal exigirão fundamentos científicos, aprovações de padrões objetivos e incentivos fiscais.

POLOS AGROALIMENTARES

# MERCADOS ATACADISTAS DE QUARTA GERAÇÃO

ALTIVO R. A. DE ALMEIDA CUNHA
Engenheiro agrônomo, doutor em Economia e consultor da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) – altivo@teiatecnologiaaplicada.com.br

JOSÉ BISMARCK CAMPOS
Administrador de empresas e MBA em Gestão Estratégica de Negócios

O MUNDO está tornando-se cada vez mais urbano, com mais pessoas vivendo nas cidades do que no campo. O grande desafio contemporâneo é fazer com que alimentos saudáveis cheguem à mesa dos cidadãos com preços acessíveis e atendendo necessidades e preferências distintas. Além disso, há o desafio de possibilitar que os produtores e os comerciantes participem desse processo numa cadeia de fornecimento geradora de desenvolvimento.

Os consumidores têm cada vez mais consciência de sua cidadania alimentar, sabem o que desejam e querem, exercendo seu poder de escolha. A percepção dos consumidores sobre as condições da produção agrícola, os métodos produtivos e os valores nutricionais dos alimentos é impulsionada pela velocidade das informações e pelo uso das redes sociais.



SHUTTERSTOCK

De forma geral, o processo de intermediação produtiva e distribuição nos mercados atacadistas de alimentos é visto como uma ação de "atravessadores" especuladores. Eles carregam a injusta pecha de serem responsáveis pela elevação de preços sazonais. Mas, é necessário uma coordenação para articular as demandas e os interesses de um sistema agroalimentar de grandes dimesões como o brasileiro.

No entanto, as centrais de abastecimento não conseguem sensibilizar a opinião pública e os agentes governamentais para a sua importância. Existe uma percepção limitada sobre a formação de preços e os padrões de classificação adotados. Os agentes e os dirigentes dos mercados atacadistas precisam mostrar à sociedade o papel estratégico e fundamental que exercem.

A face mais visível do sistema de abastecimento atacadista nacional é a depreciação das infraestruturas de comercialização das Centrais de Abastecimento (CEASAs). Há uma ausência do cumprimento de regras e normas de funcionamento decorrente de uma falha nas diretrizes e nas gestões. Somente a modernização da infraestrutura logística para promover maior eficiência econômica das atividades de abastecimento não é suficiente.

Os mercados atacadistas ainda dependem de fatores essenciais, como serviços e gestão. Isso ditará a

## AGENDA PARA O NOVO SISTEMA ATACADISTA

Deve-se montar um contexto para a criação de novos mercados atacadistas que sejam negócios promissores capazes de articular sustentabilidade, inovação e ação sistêmica. Os beneficiados devem ser a cadeia produtiva alimentar e a sociedade. Para isso, alguns objetivos devem ser buscados:

- Atender os novos valores desejados por consumidores, com informação embarcada nos produtos: valor nutricional, qualidade sanitária, local e forma de produção;
- Favorecer a entrada de produtores de novas regiões agrícolas, em especial de pequena escala, como os agricultores familiares, valorizando os aspectos locais;
- Estimular operações eficientes e inovadoras, com rapidez e baixos custos de transação, em ambiente físico limpo e seguro, supridas por uma inteligência de negócios.

qualidade dos produtos para promover transações seguras e de baixo custo. Os beneficiados serão os atendidos pelo mercado: produtores, comerciantes e consumidores.

Três fatores de transbordamento econômico dos mercados atacadistas definem o caráter especial e dinâmico destes arranjos produtivos: o impacto local e regional, a segurança alimentar e a inserção de produtores e comerciantes de diversos portes.

Os novos tempos exigem uma nova organização para a geração dos valores desejados por consumidores, produtores, atacadistas e varejistas e, em suma, pela sociedade. Essa configuração pode ser definida como "mercados de quarta geração", voltados para promover produtos, serviços e negócios em sintonia com os padrões de consumo. Esse processo possibilitará a inserção ampla de produtores e regiões no mercado, de modo a estimular e redesenhar sua base regional de fornecimento. ■

### NÚMEROS DO SETOR ATACADISTA

| AGENTES DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO NO BRASIL | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **População[1]** | **Produtores rurais[2]** | **Estabelecimentos de varejo alimentar[1]** | **Comerciantes atacadistas[3]** | **Centrais de Abastecimento (CEASAs)[1]** |
| 207,7 milhões | 4,4 milhões | 187,2 mil | 10,7 mil | 72 |
| **GRANDES NÚMEROS DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO** | | | | |
| **Quantidade comercializada de FLV* em 2017[1]** | **Valor comercializado de FLV em 2017[1]** | **PIB gerado pela comercialização de hortaliças[1]** | **Municípios fornecedores[1]** | **Países fornecedores[1]** |
| 15 milhões de toneladas | US$ 9,7 bilhões | US$ 20 bilhões | 3.236 | 20 |
| **LOGÍSTICA E IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL** | | | | |
| **Área total dos entrepostos[3]** | **Caminhões de carga por mês[3]** | **Tipos de produtos comercializados[1]** | **Variedades de FLV comercializadas[1]** | **Bancos de alimentos[1]** |
| 13,3 milhões de metros quadrados | 466 mil | 900 | 465 | 44 |
| **HORTICULTURA E FRUTICULTURA: ÁREA PLANTADA E EMPREGOS DIRETOS GERADOS** | | | | |
| **Área plantada[4]** | | **Empregos diretos[5]** | | **Área das CEASAs/ área plantada[1]** |
| **Horticultura** | **Fruticultura** | **Horticultura** | **Fruticultura** | |
| 750 mil hectares | 1.991 mil hectares | 4,5 por hectare | 1,0 por hectare | 1:10.000 |

* Frutas, legumes e verduras

Fonte: 1 IBGE; Conab; FAO; CNA (2016/17); 2 IBGE (2006); 3 Conab; PNUD (2009); 4 Anuário Brasileiro da Fruticultura; Anuário Brasileiro das Hortaliças (2017); 5 Embrapa (2012)

BOI GORDO

# EXPECTATIVAS PARA O MERCADO EM 2019

HYBERVILLE NETO
Médico-veterinário da Scot Consultoria
RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

PARA 2019, a tendência é de que o mercado de boi gordo trabalhe firme, com preços subindo acima da inflação. A menor oferta de fêmeas deve gerar uma safra com menor pressão de baixa. Para o segundo semestre, com demanda melhor, também devemos observar valorizações, talvez moduladas por uma oferta maior, com um cenário mais atrativo para o confinamento.

Esse cenário de preços mais firmes foi desenhado com base nas expectativas de que o novo governo siga com as reformas e tenha uma agenda econômica positiva, gerando melhoria da confiança, investimentos, empregos e uma recuperação econômica mais efetiva, com aumento do consumo.

Tal cenário mais promissor tende a manter o câmbio em patamares menores, o que afeta negativamente as exportações. Paralelamente a isso, a expectativa de oferta menor de fêmeas, valorizando os bovinos terminados, também diminui a competitividade da carne bovina no exterior.

Além disso, a maior produção de milho e soja no Brasil e o dólar em patamares mais baixos são fatores de alívio para as cotações dos alimentos concentrados, que deverão pesar menos no bolso do pecuarista. Com isso, a oferta de gado confinado dependerá das expectativas para o resultado da atividade, observadas principalmente no primeiro semestre. A evolução dos preços do boi gordo deve definir a atratividade e, consequentemente, o volume de gado.

A possibilidade de volta das compras da Rússia com relação à carne bovina brasileira é um ponto que pode ajudar nos embarques.

## RETRATO DO MERCADO

O cenário de preços do boi gordo ganhou força ao longo do segundo semestre deste ano. No entanto, em meados do mês de outubro, com a desvalorização do dólar, diminuindo a margem da exportação

## COMPORTAMENTO DO MERCADO AO LONGO DO ANO

Os abates de fêmeas, tipicamente, concentram-se no primeiro semestre, com destaque para março e maio. O aumento em março está relacionado ao término da estação de monta, com descarte das fêmeas que não emprenharam; já em maio, o acréscimo é relacionado à chegada da seca, que diminui a capacidade de suporte das pastagens.

Uma safra com menos fêmeas tende a colaborar com os preços no primeiro semestre. Isso pode resultar em uma safra com pressão de baixa menor, ou mesmo em uma safra com preços firmes.

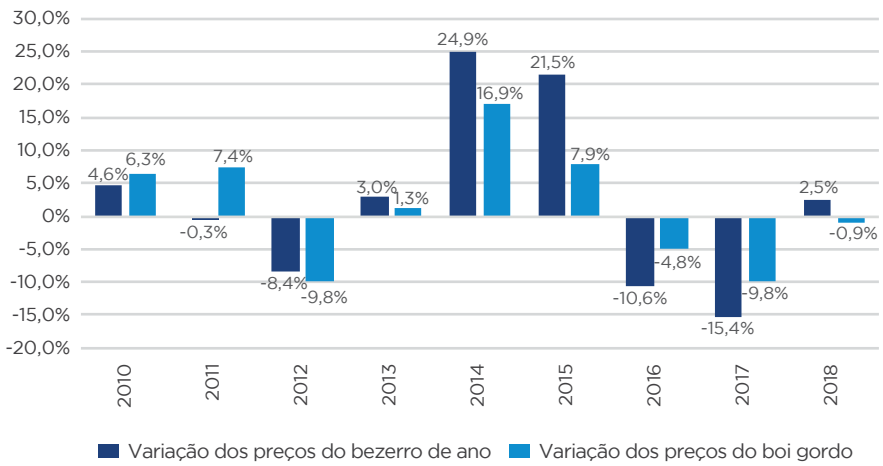
No segundo semestre, o cenário é muito influenciado pela disponibilidade de gado de cocho, que, por sua vez, é afetada pelos custos com alimentação e boi magro. No caso do boi magro, também é esperado que haja uma redução da oferta, o que pode valorizar a categoria.

de carne, e a chegada de um volume maior de gado confinado, as cotações começaram a enfraquecer.

Na média entre janeiro e meados de outubro, houve um recuo de 0,9% nos preços do boi gordo em relação aos de 2017, considerando valores deflacionados pelo IGP-DI. Após dois anos de desvalorização real, o bezerro valorizou 2,5% em 2018. Em 2016 e 2017, houve recuo na cotação tanto para bezerro, como para boi gordo. Foram anos de aumento dos abates de fêmeas, assim como observado em 2018, o que gera expectativa de menor produção para os próximos anos, provavelmente causando valorizações.

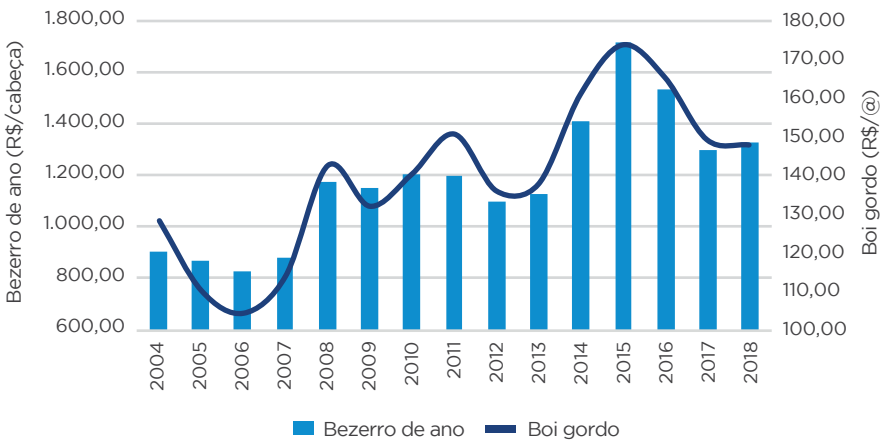
Em 2013, tivemos um cenário de alta para o bezerro, após as quedas em 2012. Em 2014, este movimento se intensificou. É possível que, em 2019, seja observada situação semelhante, com valorizações ganhando força após o esboço deste ano. ■

**VARIAÇÕES DAS COTAÇÕES REAIS DO BEZERRO DE ANO E DO BOI GORDO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR**
(MÉDIA DE JANEIRO A MEADOS DE OUTUBRO)




Fonte: Scot Consultoria

**SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES DO BEZERRO DE ANO (R$/CABEÇA) E DO BOI GORDO (R$/@) DEFLACIONADAS PELO IGP-DI**
(COTAÇÃO MÉDIA DE JANEIRO A MEADOS DE OUTUBRO)




Fonte: Scot Consultoria

powered by anuga

www.anufoodbrazil.com.br

# anufood brazil

# All About Food

Feira Internacional Exclusiva
para o Setor de Alimentos e Bebidas

## 12-14 Março 2019

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

- AGRIFOODS
- MEAT
- CHILLED & FRESH FOOD
- DAIRY
- DRINKS & HOT BEVERAGES
- FINE FOOD
- BREAD & BAKERY
- ORGANIC
- SWEETS & SNACKS
- FOOD SERVICE

Parceria Estratégica

ABIA Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Coorganização

FGV EUROPE PROJETOS

Organização

koelnmesse

# A diversificação do agronegócio do Brasil para o mundo

AGRIFOODS









## Exclusiva plataforma Agrifoods

Encontre **compradores nacionais e internacionais** na única feira dedicada às empresas de vários segmentos do setor de alimentos e bebidas.





**Garanta sua participação!**

anufoodbrazil@koelnmesse.com.br | + 55 11 3874-0030

**www.anufoodbrazil.com.br**

Apoio:

abag ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

ABIC

ABICAB

ABIEC

abimapi

ABIR

ABPA

abrasel

ANR Associação Nacional de Restaurantes

GASTROMOTIVA

IFB INSTITUTO FEDERAL BRASIL

ITAL

SistemaOCB

UNICA

RETRATO DO AGRO NOS ESTADOS UNIDOS

# TENDÊNCIA DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

DA REDAÇÃO

COMO CONSTATADO no mais recente Censo Agropecuário brasileiro, também houve aumento da concentração de terras nos Estados Unidos nos últimos trinta anos, ou seja, redução no número de estabelecimentos rurais e, consequentemente, aumento da área média das propriedades.

Um dos objetivos de um censo agropecuário é entender melhor a diversidade existente entre as propriedades rurais e, a partir daí, definir políticas públicas, priorizar investimentos etc. O censo realizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) em 2015 e atualizado em 2016 divide a agricultura do país considerando: as vendas brutas anuais; os tipos de fazendeiros; e outras rendas relacionadas com a propriedade rural.

Segundo o último censo americano, 90% dos estabelecimentos rurais são classificados como propriedades familiares pequenas, as quais são responsáveis por quase 50% da área cultivada e 25% do valor da produção (*vide* tabela). Isso significa que 8,9% das propriedades familiares classificadas como médias, grandes ou comerciais, as quais cultivam 45,6% da área agricultável, respondem por 65,2% do valor da produção da agropecuária. Os ganhos de escala permitidos pela concentração de áreas tornam mais viável a realização de maiores investimentos em tecnologia, buscando a intensificação da produção e, consequentemente, o aumento da produtividade.

Em relação à idade, cerca de 36% dos fazendeiros responsáveis pela administração das propriedades possuíam idade acima de 65 anos e participavam com 24% da produção. Cerca de um terço deles estava aposentado, número que corresponde a 12% do total de aposentados no país. No intervalo de 52 anos a 64 anos, haviam outros 36% de produtores responsáveis por 42% da produção.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

As fazendas mostram três grandes especializações (o valor total é superior a 100% porque há fazendas especializadas em mais de um dos grupos):

- 38% em cultivos de frutas, legumes, verduras e nozes;
- 25% em granjas leiteiras; e
- 47% na produção de grãos.

**ESTADOS UNIDOS: ESTRUTURA DA RENDA NAS PROPRIEDADES RURAIS EM 2015**

| TIPO DE PROPRIEDADE | Renda da fazenda (US$ mil) | Quantidade de propriedades | Part. % |
|---|---|---|---|
| **Familiar** | | **2.027.378** | **98,8%** |
| **Pequena** | Até US$ 349 | 1.844.186 | 89,9% |
| **Média** | De US$ 350 a US$ 999 | 122.980 | 6,0% |
| **Grande** | De US$ 1.000 a US$ 4.999 | 53.763 | 2,6% |
| **Comercial*** | Mais de US$ 5.000 | 6.449 | 0,3% |
| **Agricultura não familiar** | | **24.992** | **1,2%** |
| **TOTAL GERAL** | | **2.052.370** | **100,0%** |

* Predominância de terceiros na administração do negócio
Fonte: ERS/USDA

**ESTADOS UNIDOS: PARTICIPAÇÃO % NAS PROPRIEDADES RURAIS, ÁREA CULTIVADA E VALOR DA PRODUÇÃO EM 2015**

| TIPO DE PROPRIEDADE | Quantidade de propriedade rurais | Área cultivada | Valor da produção |
|---|---|---|---|
| **1. Agicultura familiar** | **98,8%** | **94,00%** | **89,40%** |
| **Pequena** | 89,9% | 48,40% | 24,20% |
| **Média** | 6,0% | 22,60% | 42,40% |
| **Grande e comercial*** | 2,9% | 23,00% | 22,80% |
| **2. Agricultura não familiar** | **1,2%** | **6,00%** | **10,60%** |

* Predominância de terceiros na administração do negócio
Fonte: ERS/USDA

A margem de lucro varia de acordo com o tamanho das propriedades rurais. Na média, 70%, em 2015, registraram lucro abaixo de 10%; 10%, entre 10% e 25%; e 20%, acima de 25%.

Cerca de 38% dos domicílios rurais possuem renda inferior à média do país. De um modo geral, o agricultor confia no acesso a renda fora da fazenda e nas políticas de desenvolvimento. Ambos são vistos, muitas vezes, como mais importantes do que as políticas agrícolas tradicionais.

Os pagamentos governamentais ao campo envolvem três programas:

- Programa de Reserva de Conservação (CRP, na sigla em inglês): autoriza o pagamento em espécie aos agricultores que pararem de produzir, com os objetivos de limitar o plantio em áreas com problemas de erosão, melhorar a qualidade da água e preservar o meio ambiente. As maiores beneficiárias são as pequenas propriedades familiares, conduzidas por fazendeiros aposentados ou com complementação de renda com ocupação fora da fazenda.
- Programa de Commodities: para a garantia de preços e a concessão de empréstimos aos produtores.
- Seguro rural contra desastre natural e de renda: nos últimos 25 anos, ganhou espaço, com aumento de 31% na assistência financeira das fazendas. ■

## DIVISÃO DAS PROPRIEDADES NO CENSO DOS EUA

Em função da renda, a propriedade familiar é classificada em pequena, média ou grande. No caso particular da agricultura familiar de pequena escala, há, também, uma subdivisão de acordo com a origem da renda principal: aposentadoria; serviços externos; e atividade rural. Para completar, existe, ainda, a figura da agricultura comercial, que se caracteriza pela predominância de terceiros na administração dos negócios.

## TENDÊNCIAS DO AGRONEGÓCIO AO LONGO DOS ANOS

O aumento da tecnologia no campo (*drones*, GPS etc.) permite que a força de trabalho de uma família seja capaz de produzir em áreas cada vez maiores e, ainda, com maior controle sobre a produção. Com isso, é esperado que a área média das propriedades aumente, elevando os ganhos de escala e gerando maior eficiência no uso de máquinas e equipamentos, terra etc., uma vez que são utilizados de maneira mais intensiva (menos ociosidade). Com isso, o lucro dessas atividades se eleva, atraindo produtores com maior escala. Quanto maior o controle do processo produtivo e menor a ociosidade do capital, *ceteris paribus*, maior a taxa de lucro.

Se compararmos a situação atual, por exemplo, com a década de 1970, a mudança é notável. Assim, há uma tendência firme de aumento médio das propriedades. A exceção ocorre para produções muito intensivas em mão de obra e viabilizadas em áreas menores, como, por exemplo, horticultura e floricultura.

DESENVOLVIMENTO RURAL

# A IMPORTÂNCIA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

ÉDSON BOLFE
Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pesquisador associado do Agricultural Research Centre for International Development (Cirad/UMR Innovation), na França – edson.bolfe@embrapa.br

DENIS SAUTIER
Pesquisador do Cirad/UMR Innovation, na França – denis.sautier@cirad.fr

UMA PARCELA da sociedade tem intensificado a demanda por produtos diferenciados a fim de consumir alimentos com maior qualidade, que possuem referências culturais e rastreabilidade dos territórios onde são produzidos. As primeiras bases para essa diferenciação ocorreram na Europa, no século XVIII, com o estabelecimento da origem de vinhos, como o do Porto, em Portugal, o de Bordeaux, na França, o de Chianti, na Itália, e o de Rioja, na Espanha. Com o atual e intenso uso das tecnologias de informação e comunicação para aquisição e compartilhamento das experiências sensoriais, os consumidores impulsionam o crescimento desse setor a cada ano.

Nesse contexto, os países têm fortalecido estratégias científicas, tecnológicas, políticas e mercadológicas para ampliar a oferta de produtos certificados visando evitar fraudes, agregar valor e elevar o desenvolvimento rural. O conceito de Apelação de Origem (AO), criado a partir da lei francesa de 1º de julho de 1905 para combater fraudes em vinho, passou a ser reconhecido internacionalmente em 1958, pelo Acordo de Lisboa, administrado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Na década de 1990, foi introduzido o conceito de Indicação Geográfica (IG), com o mesmo princípio de relação entre produto e origem, porém menos restrito do que a AO. Em 1994, o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), da Organização Mundial do Comércio (OMC), estabeleceu que as IGs identificam um produto como originário de certa região ou localidade quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto é essencialmente atribuída à sua origem geográfica.

Ao longo dos anos, esse processo evoluiu, e, atualmente, segundo dados da OMPI, existem aproximadamente 42 mil produtos com IGs em todo o mundo, incluindo alimentos, bebidas e produtos artesanais. Queijos franceses, salames

## INICIATIVA DA FGV, DA TÜV RHEINLAND E DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-ALEMANHA

A Fundação Getulio Vargas (FGV), em conjunto com a TÜV Rheinland e a Câmara de Comércio Brasil-Alemanha de São Paulo (AHK), está desenvolvendo um trabalho que busca garantir a qualidade da carne bovina produzida no Brasil destinada à exportação, a fim de ampliar o acesso aos mercados e aumentar o valor pago pela carne brasileira. Para isso, uma das frentes de trabalho está desenvolvendo um protocolo de certificação que atenda os requisitos exigidos pelo mercado europeu e que inclua, por exemplo, bem-estar animal, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental, entre outros elementos.

italianos, presuntos espanhóis, azeites gregos, chás sul-coreanos, café colombiano, cachaça brasileira, tequila mexicana, charutos cubanos e outros milhares de produtos são registrados. Além da União Europeia, com 5 mil IGs, também é crescente o número de IGs em países asiáticos e americanos. A China, por exemplo, tem em torno de 7,5 mil IGs registrados nessa base internacional.

No Brasil, as IGs foram instituídas formalmente em 1996, com a promulgação da Lei nº 9.279, que dá competência ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para estabelecer as condições de registro das IGs. Uma IG pode ser definida como uma ferramenta coletiva de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. A legislação brasileira estabelece duas formas de definição desses atributos: (i) a Indicação de Procedência (IP), que se refere ao nome do local que se tornou conhecido por produzir, extrair ou fabricar determinado produto ou por prestar determinado serviço; e (ii) a Denominação de Origem (DO), referindo-se ao nome do local que passou a designar produtos ou serviços cujas qualidades ou características podem ser atribuídas à sua origem geográfica.

A primeira IP do País foi para os vinhos tintos, brancos e espumantes do Vale dos Vinhedos, na serra Gaúcha, em 2002. Desde então, as IGs promovem inúmeros produtos brasileiros e sua herança histórico-cultural. Esta herança envolve aspectos relevantes, como, por exemplo, área de produção definida, tipicidade, autenticidade com que são desenvolvidos e disciplina no método de produção, garantindo um padrão de qualidade reconhecido como único dos produtores de determinada região.

Atualmente, existem 49 IPs e onze DOs nacionais reconhecidas. Além de produtos tradicionais – queijos, vinhos, cachaças, cafés, frutas, doces, carnes e calçados – de diferentes regiões do País, destacam-se produtos como mel, própolis, farinha, couro, algodão colorido, pedras preciosas, artesanatos e peixes ornamentais. Ainda tramitam cerca de outras vinte solicitações de reconhecimento de alimentos, bebidas e produtos artesanais regionais.

A ampliação da participação desses produtos e serviços em mercados nacionais e internacionais cada vez mais competitivos tem elevado o interesse dos produtores brasileiros pelas IGs. Institutos de pesquisa, universidades e demais agentes públicos e privados têm desenvolvido programas e ações específicos para o fortalecimento de IPs e DOs, com destaque para o próprio INPI, a Embrapa, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Estas iniciativas, integradas com associações, cooperativas e empresas, têm possibilitado agregar valor a ativos intangíveis de uma determinada região, garantindo uma identidade que diferencia esses produtos no mercado consumidor.

Diversos estudos indicam que, em condições apropriadas, as IGs potencializam o desenvolvimento rural, destacando:

- O maior valor agregado aos produtos ou aos serviços comercializados com IG eleva a fonte de renda dos produtores regionais, mesmo em áreas com um menor nível tecnológico. As características do local de origem atribuem uma reputação única e um valor intrínseco que se distinguem em relação aos produtos similares disponíveis ao consumidor. Adicionalmente, outras atividades associadas, como o turismo rural e as rotas gastronômicas, projetam as regiões para além de suas áreas geográficas e elevam a oferta de empregos e a renda local.

- Cada IG abrange um conjunto de especificidades que a define e, assim, protege as práticas culturais associadas ao conhecimento dos produtores. Os produtos e os serviços gerados apresentam uma qualidade única associada ao ambiente histórico-cultural regional e ao saber fazer (*savoir-faire* ou *know-how*). A maior proteção deste saber minimiza potenciais efeitos da homogeneização de culturas e valoriza as tradições locais e a identidade própria da região. Contribui, ainda, para elevar o nível de empregos locais e minimizar o êxodo rural.

- As IGs elevam, também, o potencial de uso e preservação dos recursos naturais, pois dependem, em boa parte, da biodiversidade local. A qualidade diferenciada e a perenidade de um determinado produto ou serviço são intrínsecas às boas condições do solo, do clima, dos rios e da vegetação. Estas características ambientais, associadas às culturais, agregam um

diferencial ao produto, tornando-o exclusivo de determinada área geográfica e fortalecendo uma "identidade regional".

Porém, mesmo com as potencialidades apresentadas e o sucesso socioeconômico em várias regiões do mundo e no Brasil, a implementação de uma IG não significa um desenvolvimento rural automático e bem-sucedido. É importante que haja uma base conceitual aprofundada, em que exista a conjugação entre produto, produtores organizados e território. O fortalecimento das articulações públicas e privadas regionais, bem como a definição de atribuições específicas, também é imprescindível. Investir em ciência, tecnologia e políticas para o mapeamento e o desenvolvimento de novos produtos com IG resulta numa maior valorização sociocultural e da biodiversidade do meio rural brasileiro. ■

**PRODUTOS E SERVIÇOS COM INDICAÇÃO DE ORIGEM**

| INDICAÇÃO GEOGRÁFICA | Estado/região | Produto ou serviço |
|---|---|---|
| IPs | Acre | Farinha de mandioca |
| | Alagoas | Bordado filé |
| | Amazonas | Peixes ornamentais e guaraná |
| | Bahia | Aguardente (cachaça) e cacau |
| | Espírito Santo | Panelas de barro, mármore, cacau, inhame e socol |
| | Goiás | Açafrão |
| | Mato Grosso do Sul | Mel de abelha e linguiça |
| | Minas Gerais | Café, queijo, peças artesanais em estanho, aguardente (cachaça) e biscoito |
| | Paraíba | Têxteis de algodão natural colorido e renda renascença |
| | Paraná | Café, goiaba, uvas finas de mesa, erva-mate, mel de abelha e queijo |
| | Pernambuco | Tecnologias de informação e comunicação |
| | Piauí | Opala preciosa, joias e cajuína |
| | Rio de Janeiro | Aguardente (cachaça) |
| | Rio Grande do Norte | Melão |
| | Rio Grande do Sul | Vinhos e espumantes, carne bovina, couro acabado e doces |
| | Santa Catarina | Vinhos e espumantes |
| | São Paulo | Calçados e café |
| | Sergipe | Renda de agulha em lacê |
| | Tocantins | Artesanato em capim dourado |
| | Região Nordeste | Uvas de mesa e manga |
| DOs | Alagoas | Própolis vermelha |
| | Ceará | Camarões marinhos |
| | Minas Gerais | Café e própolis verde |
| | Paraná | Mel de abelha |
| | Rio de Janeiro | Gnaisse (rocha) |
| | Rio Grande do Sul | Arroz, vinhos e espumantes |
| | Santa Catarina | Banana |

Fonte: INPI (2018)



# BRASIL: POTÊNCIA AGROAMBIENTAL

GTPS
Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável

## TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE: SER, PARECER OU CONSEGUIR PROVAR?



BEATRIZ DOMENICONI

Coordenadora executiva do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)

As palavras que terminam o título não representam uma escala de importância. Quando queremos estabelecer uma relação de confiança, as três coisas são necessárias. Com o avanço da tecnologia e do acesso a informação, garantir transparência, coerência e responsabilidade se tornou papel fundamental das organizações que querem conquistar credibilidade nas relações institucionais, comerciais e, até mesmo, pessoais.

Quando o assunto é alimentação, confiança é um dos atributos mais importantes. Para o Brasil, o tema é relevante, pois o País figura entre os maiores produtores e exportadores de diversos alimentos. Apesar de não haver dúvidas quanto à capacidade brasileira de produção em volume e qualidade, ainda somos questionados quanto à responsabilidade socioambiental e ao uso de importantes tecnologias, como defensivos e medicamentos.

Embora, segundo a SPC Brasil, apenas três em cada dez brasileiros se considerem "consumidores conscientes", a preocupação com a origem dos produtos tem crescido e motivado empresas e setores inteiros a reverem seus modelos e processos de produção. As preocupações são tantas e as percepções são tão negativas que o que temos visto é a indústria inteira de alimentos tendo que provar aos seus consumidores que não está tentando envenená-los.

Como demonstrar aos consumidores que as tecnologias, quando bem aplicadas, são benéficas? Como transformar 60% do território preservado com vegetação nativa em vantagem competitiva para os produtos brasileiros frente àqueles produzidos em países onde não há conservação? Uma das soluções é 'garantia': garantia de que a tecnologia foi bem utilizada, dentro das normas e das orientações de boas práticas; garantia de que a exigente legislação está sendo cumprida; garantia de que não se está vendendo 'gato por lebre'.

Para o Brasil, o maior desafio é a escala. A Irlanda, por exemplo, orgulha-se (com razão) de ser capaz de rastrear 100% do seu rebanho e mostrar aos seus consumidores de quais fazendas vieram os animais para a produção de um hambúrguer. A identificação animal e a rastreabilidade ainda são grandes dificuldades para a pecuária de 200 a 220 milhões de cabeças no Brasil. A margem de erro entre as bases de dados brasileiras é três vezes maior do que o rebanho irlandês, mas isso não pode servir eternamente como desculpa para não evoluirmos em transparência e gestão.

Sem transparência, o Brasil seguirá com dificuldades de agregar bons valores aos seus produtos. Não basta sermos bons; precisamos ser capazes de provar que somos.

Em seu oitavo caderno em parceria com a ***Agroanalysis***, com o objetivo de conscientizar o setor sobre a importância da implementação de critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento econômico, o GTPS reuniu entrevistas e artigos de importantes temas para a pecuária, bem como manejo de pastagens, movimentos de articulação da cadeia e transparência. Boa leitura!



# O DILEMA DAS PASTAGENS



MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA

Engenheiro agrônomo, sócio da Athenagro e coordenador do Rally da Pecuária

Ao longo de oito edições, o Rally da Pecuária foi a campo com os objetivos de avaliar as condições das pastagens, amostradas aleatoriamente, e entrevistar pecuaristas sobre a condução de seus sistemas de produção. Foram 5.800 entrevistas e 2.400 pastos avaliados.

Em todas as edições, a conclusão vem se repetindo. Produtores contatados, com o perfil do público do Rally, vêm reformando três a quatro vezes mais áreas do que é realmente necessário. A conclusão é obtida cruzando a avaliação de campo com respostas dos produtores que reformam áreas que poderiam simplesmente ser recuperadas. A diferença entre um e outro é a reinstalação das pastagens, mantendo ou substituindo a gramínea. Enquanto a reforma pressupõe revolvimento do solo, ressemeadura e nova formação, a recuperação é feita apenas por meio do controle das plantas invasoras e da correção e da fertilização das pastagens, tudo em superfície.



Entre as vantagens da recuperação, vale destacar os benefícios técnicos, com a possibilidade de se antecipar os usos da área e ambientais, por não ocorrer perda de matéria orgânica pelo revolvimento do solo, além de se mitigarem os riscos de erosão. A maior vantagem, no entanto, é econômica, uma vez que o custo da recuperação é, em média, 50% do gasto com a reforma.

Aí entram as oportunidades para os pecuaristas. Tomando por base a média das respostas das edições do Rally da Pecuária, o mesmo recurso dedicado à reforma de áreas – que poderiam ser recuperadas – é suficiente para reverter e frear o processo de degradação das pastagens em, no máximo, cerca de três a quatro anos. Bastam o diagnóstico correto, o uso de conhecimento técnico e a aplicação dos conhecimentos disponíveis em tratos culturais e manejo das pastagens.

Uma fazenda com boas pastagens possibilitará melhores retornos, com a genética disponível e as estratégias de suplementação do rebanho, seja no período chuvoso ou no seco. Produtividade e rentabilidade aumentam com ações simples que podem ser rapidamente incorporadas.

A viabilidade de implementação, com recursos praticamente disponíveis, acaba criando um efeito colateral na pecuária brasileira. Os produtores mais atentos e ágeis tendem a se adaptar rapidamente às técnicas mais adequadas, incorporando um salto de intensificação, que iniciará um círculo virtuoso de produtividade e rentabilidade.

Os preços de mercado, por sua vez, se ajustarão aos produtores que mais ofertam rezes na praça, ou seja, os mais produtivos. Preços mais competitivos acabam acelerando a exclusão dos produtores com mais dificuldades de incorporar tecnologia.

Aí está o dilema: não há sustentabilidade sem produtividade. Por outro lado, dada a realidade brasileira, o aumento do desempenho tende a excluir um contingente considerável de produtores, especialmente os menores.

Em qualquer discussão séria em torno do assunto, é fundamental que se busque soluções para reverter essa realidade: como implementar parâmetros de sustentabilidade sem causar a exclusão dos pequenos produtores?

Esse é o grande desafio do setor em torno de um dos maiores ativos econômicos e ambientais da agropecuária brasileira: as pastagens tropicais.

## ENTREVISTA COM SHEILA GUEBARA

Redação da *Agroanalysis*



### Pelo uso consciente de antibióticos na produção animal

**Em setembro último, um grupo de associações ligadas ao setor produtivo lançou um movimento de conscientização sobre a resistência de antibióticos. Coordenadora da Aliança sobre o Uso Responsável de Antimicrobianos, Sheila Guebara fala sobre a importância do debate em torno do uso correto de medicamentos na produção animal.**

**Um dos principais desafios do setor de proteína animal é unir produtividade e segurança alimentar. Como você enxerga o uso de antibióticos dentro desse contexto?**

É um dever ético de todos os envolvidos na cadeia de produção de proteína animal preocupar-se com a saúde dos consumidores e a sanidade dos animais sob seus cuidados – e o uso de antibióticos é fundamental nesse processo. O uso racional e responsável de agentes antimicrobianos tem efeito positivo sobre a segurança alimentar, pois favorece o ingresso de animais saudáveis na cadeia de produção de proteína animal, que é importante para o suprimento de alimentos seguros. Trata-se de uma tecnologia indispensável para a produção, mas que deve ser utilizada de forma responsável, sempre conforme a recomendação veterinária.

**No total, doze associações setoriais participam da Aliança. Qual é a importância desse movimento colaborativo?**

O envolvimento dessas associações traz muitos benefícios, já que contribui significativamente para a disseminação das informações geradas pela Aliança. Todo o conteúdo gerado é compartilhado com as entidades, que podem repassar essas informações aos seus associados e *stakeholders*. É preciso um esforço colaborativo entre todos os envolvidos com o setor de produção de proteína animal para lidar com a questão da resistência antimicrobiana.

**Qual é o objetivo principal da iniciativa?**

A missão central da Aliança é proteger a saúde e o bem-estar dos animais e colaborar para a produção de alimentos seguros. O objetivo dos esforços colaborativos é garantir que apenas agentes antimicrobianos aprovados pela autoridade regulatória sejam usados nos sistemas e que os controles apropriados certifiquem-se do uso racional e responsável desses produtos. Também é importante comunicar aos consumidores que o uso destes insumos na produção animal representa um risco baixíssimo à saúde humana.

# QUANTO VALE A PERCEPÇÃO?



BRENO FELIX

Diretor de Tecnologia e Inovação da AgroTools e membro (tesoureiro) da Comissão Executiva do GTPS

O agronegócio é uma locomotiva em aceleração, por trilhos finitos. E a condição para seguir a viagem continuamente passa por alcançar o equilíbrio entre as terras de produção e de preservação.

Os holofotes estão na produção primária, que é uma atividade dinâmica e complexa, com excessivas variáveis e processos, leis, exigências, fiscalizações, compromissos, riscos e oportunidades.

Há todo momento, florescem iniciativas e/ou descobertas, permeando o campo em geral, com destaques e casos de sucesso, servindo de inspiração e motivação para todo o ecossistema rural.

Essas ilhas propagando progresso geram múltiplas oportunidades e evidenciam um vasto espaço para melhorar processos e técnicas e crescer em volume e produtividade, entre outros mecanismos que permitem ampliar e rentabilizar os ganhos do (agro)negócio.

E a melhor parte é que, sim, há dinheiro disponível para investir, aperfeiçoar e/ou performar o setor produtivo – em especial, para a pecuária de corte, entre outros motivos, por ser predominante em extensão territorial em todos os biomas.

Mas, para candidatar-se a esses recursos, o produtor precisa demonstrar, de forma confiável, que se preocupa e cuida da natureza, dos animais, dos funcionários, das finanças, das comunidades. E, de preferência, ele deve avisar sempre que for pulverizar, plantar, adubar, colher, comprar ou vender.

Enfim, o acesso aos recursos financeiros está diretamente ligado à capacidade de transparência que o produtor consegue e quer prover.

Entretanto, mesmo quando há total disposição do produtor em mostrar "a sua casa e até a sua cozinha", há um adversário chamado 'percepção'. Isso acontece porque a outra parte vai entender e perceber a situação por uma ótica diferente, e, logo, haverá algum nível de assimetria entre como o produtor e o financiador enxergam o mesmo negócio.

Portanto, o desafio está em reduzir essa assimetria de percepção.

Os principais atores do mercado financeiro, fomentados pelas novas regras do Banco Central do Brasil (BCB), estão vivenciando a transformação digital e, logo, melhorando sua leitura dos territórios-alvo e financiados. Assim, estão reduzindo as assimetrias e, até mesmo, antecipando-se às situações de estresse.

Por outro lado, ao produtor que pretende entrar no jogo, recomenda-se ter um bom mapa (do seu mundo e da paisagem em que está inserido), uma estratégia definida e um plano de ação em constante acompanhamento e revisão.

E, para a execução, recomenda-se um time com baixa resistência a inovação, pois é uma operação que cada vez mais vai requerer tecnologia no dia a dia. Para tanto, é essencial qualificar os sistemas e as soluções digitais a serem adotados, considerando o nível de maturidade, o histórico de atendimento, a disponibilidade de suporte, a segurança da informação, a quantidade e a satisfação de clientes, a simplicidade na interface e o uso.

E lembre-se: pior do que não ter um mapa, é ter um mapa errado... ■

CONFINAMENTO

# EFEITO DO BEM-ESTAR ANIMAL

ARQUIMEDES RIOBUENO PELLECCHIA
Consultor de serviços técnicos de bovinos de corte na Agroceres Multimix

BEM-ESTAR ANIMAL É um conceito presente nos sistemas intensivos da produção de bovinocultura de corte, como, por exemplo, o confinamento. Este sistema melhora os índices produtivos e econômicos das fazendas, mas precisa de uma condução adequada. O crescimento em escala e o volume de investimentos fazem com que cada detalhe assuma um papel crucial na operação.

O início do confinamento é marcado pela mudança de ambiente, com uma série de imposições e alterações na vida dos animais com relação a:

- dieta e padrão alimentar;
- reagrupamento social (mistura de animais de diferentes lotes);
- alojamento e espaço disponível por animal;
- exposição a condições climáticas; e
- transporte das fazendas aos confinamentos e frigoríficos.



Entender essas mudanças e buscar ações para minimizar o estresse gerado ao animal contribuirá para o seu desempenho, seja pela alteração metabólica do indivíduo ou pela queda de consumo de matéria seca.

A adaptação do bovino ao ambiente de confinamento é impactante, surgindo a questão: como podemos atuar para minimizar as dificuldades enfrentadas neste sistema?

## AÇÕES SIMPLES E DE EFEITO POSITIVO NO DESEMPENHO ANIMAL

### 1. Familiarizar previamente os animais

A formação dos lotes antes da entrada no confinamento permite que os animais se acostumem uns com os outros, a um maior contato com o homem, ao barulho das máquinas, à nova apresentação do alimento, ao uso do cocho e aos horários de fornecimento.

Os bovinos apresentam a chamada "hierarquia de dominância". Sendo assim, o contato prévio permite o estabelecimento desta em um local mais amplo, de forma a minimizar os efeitos das interações sociais negativas (brigas, tentativas de monta, cabeçadas etc.).

Pesquisas realizadas em confinamentos comerciais confirmam maior ganho de peso médio diário dos animais nos primeiros 21 dias de cocho a partir do uso dessa estratégia.

### 2. Animal por área ($m^2$/animal) e número de animais por lote

No estabelecimento da hierarquia social, durante o reconhecimento dos seus semelhantes e a memorização do *status* social, podem ocorrer interações negativas. Isso afeta o desempenho individual

e torna heterogêneos os lotes. Confinar grupos grandes gera gastos com a manutenção de estruturas (cercas e cochos) e dificulta o manejo.

A área disponibilizada por animal nas baias é um dos fatores que mais influenciam o bem-estar animal. Temos visto operações com 12 a 14 m²/animal. Espaços menores do que estes podem limitar os comportamentos naturais dos bovinos, devido ao estresse social por causa da maior disputa por recursos (espaço e acesso ao bebedouro e ao cocho).

O tamanho do lote é um aspecto importante: a ambiência fica comprometida devido à maior formação de lama (em períodos chuvosos), além de atrapalhar o dimensionamento e a manutenção da baia. Os animais passam mais tempo em pé, reduzem o consumo de matéria seca e apresentam maior gasto de energia para se locomover. Os riscos de doenças e problemas de casco aumentam.

Na disponibilidade de área por animal, devemos olhar o espaço físico da baia, do cocho e do bebedouro. Comer e beber é o princípio básico para um bom ganho de peso. Os animais precisam ingerir a dieta formulada na quantidade certa. É diferente haver 30 cm para um animal de 13 @ e haver os mesmos 30 cm para um animal de 19 @.

De nada adianta disponibilizar espaço adequado por animal e alimento de qualidade se o boi tiver dificuldade de acessar o cocho ou o bebedouro ou se ele encontrar água suja e alimento fermentado.

### 3. Disponibilidade de sombra e espaço de área de cocho por animal

Oferecer uma área para o animal proteger-se da radiação solar possui impacto positivo sobre o bem-estar e o desempenho dos bois. Os bovinos da raça Nelore, por exemplo, embora sejam animais adaptados aos trópicos, não deixam de ter a necessidade de abrigar-se na sombra. Trabalhos apontam ganhos superiores de 90 g/dia para animais com acesso a sombra artificial. A sombra pode ser natural ou artificial, sendo o mais importante adequar o recurso para a quantidade de animais na baia, evitando competição.

Sistemas de aspersão podem ser utilizados para promover conforto térmico aos animais confinados e reduzir a presença de poeira, com dimensionamento adequado (reservatório de água, limpeza para evitar o entupimento dos bicos, posicionamento dentro das baias, bem como horários estratégicos do dia e tempo de funcionamento).

### 4. Protocolos de recebimento e embarque de animais

Normalmente, os animais são transportados das fazendas aos confinamentos, nos quais fatores como distância, tempo de viagem, qualidade do trajeto (estradas de terra e asfalto), condições (boas ou ruins) e tipos de caminhão, categoria animal, densidade (m/animal) definirão o quão estressante será essa ação.

O transporte por longas distâncias em caminhão não adequado para sua categoria e com uma densidade superior ao ideal faz com que os animais cheguem exaustos ou, até mesmo, machucados (pisoteados), impactando o processo de entrada no confinamento.

Esses fatores de estresse podem ser minimizados se optarmos por duas estratégias de monitoramento: (i) avaliar todos os fatores citados; e (ii) executar um protocolo para recebimento, de modo a proporcionar aos animais tempo para hidratação e recuperação após a viagem. O período de descanso varia de 24 a 72 horas até o processamento, a depender de cada propriedade e das condições dos animais.

## CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

É uma ferramenta necessária dentro do sistema para envolver profissionais aptos a realizarem observações e medições objetivas de modo a manter um bom grau de bem-estar animal, com aumento na produtividade.

O desempenho no confinamento considera o potencial genético dos animais, a composição nutricional da dieta e os protocolos sanitários. Mas, isso não é tudo! Muitas vezes, o animal (a sua unidade produtora), a parte essencial do sistema, não tem as suas necessidades básicas (físicas e psicológicas) atendidas.

Para finalizar, deixamos uma pergunta: quão desafiador é o ambiente de confinamento que nós estamos oferecendo para os bovinos? ■


OXI COMUNICAÇÃO
MAIS DO QUE EM MÁQUINAS,
INVESTIMOS NO
BRASIL
CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO DO AGRICULTOR BRASILEIRO:
ESSE É O NOSSO COMPROMISSO.
O trabalho da John Deere, no Brasil, não acontece apenas em nossas cinco fábricas, ampla rede de concessionários, maior Centro de Distribuição de Peças da América Latina, Centro de Treinamentos ou no recém inaugurado Centro de Agricultura de Precisão e Inovação. Nosso trabalho é feito, principalmente, ao lado do agricultor brasileiro. Porque é ele quem alimenta uma população que cresce cada vez mais. E é para ele que desenvolvemos produtos e serviços cada vez mais inovadores, rentáveis e sustentáveis.
JOHN DEERE
JohnDeere.com

# INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO AGRO

PAULO HERRMANN
Presidente da John Deere Brasil



A SOCIEDADE brasileira, assim como a mundial, defronta-se com pelo menos três ameaças comuns em termos de segurança. A primeira diz respeito à garantia de proteção ao cidadão, diante da escalada assustadora da violência no dia a dia. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), gastamos R$ 84,5 bilhões em 2017. A segunda, cibernética, relaciona-se à defesa da informação, com as despesas podendo chegar a US$ 96,3 bilhões em 2018, segundo estudo do Gartner. A terceira é a alimentar.

Nosso foco ficará no último ponto assinalado, até porque, no dia 16 de outubro último, celebramos a data mundial da alimentação. É um momento para reflexão. O continente africano, por exemplo, abriga 1,2 bilhões de pessoas, o correspondente a um sétimo da população mundial. Lá, estão 260 milhões de habitantes convivendo com a fome. A população, de predominância rural, está em intensa urbanização. Repetirá o processo do Brasil, onde 76% das gentes vivem nas cidades.

Um estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que 51 países aplicaram US$ 620 bilhões para subvencionar os seus agricultores. Em primeiro lugar no *ranking*, está a China, com US$ 263 bilhões, seguida de União Europeia, Estados Unidos e Japão, respectivamente com US$ 130 bilhões, US$ 94 bilhões e US$ 77 bilhões – no total, US$ 564 bilhões. O restante ficou com os outros países, no valor de US$ 56 bilhões, dos quais US$ 8 bilhões são do Brasil, que gasta menos só do que a Nova Zelândia, sem expressão mundial.

Bem diferentemente do que ocorreu nas décadas passadas, os subsídios crescem nos países emergentes e se reduzem e se mantêm nos países desenvolvidos. Há exceções, como os Estados Unidos, que continuam com aumento. O problema são as distorções causadas por essas políticas nos mercados ao tornarem seus produtos artificialmente competitivos.

A situação brasileira é de fato privilegiada no agronegócio. Exploramos apenas 9% do nosso território para produzir as grandes safras. Podemos fazer a expansão das áreas agricultáveis e acabarmos com 13% de áreas degradadas. Temos normas ambientais radicais, com multas pesadas e crimes inafiançáveis. Se temos 20% para expandir em área, podemos ganhar 80% em eficiência. Ainda podemos fazer mais com menos.

Introduzimos e incorporamos no setor, com sucesso, a tecnologia de informação com as máquinas georreferenciadas. Demos um passo importante para frente, porém não se discute mais. Os satélites estão conectados e as máquinas já operam sozinhas. O desafio consiste, agora, em facilitar a captação e a análise dos dados obtidos de modo a transformá-los em informações para a tomada de decisão nas gestões tecnológica e econômica.

Como trabalhamos com a digitalização da agricultura, precisamos de conectividade e estar *on-line* em tempo para levar o 4G ao campo e a qualquer lugar. Isso significa fazer a análise futura dos dados captados nas lavouras por máquinas conectadas. Caso contrário, serão apenas números.

A progressiva automação das máquinas faz parte da evolução da tecnologia agrícola. Hoje, 80% delas já possuem piloto automático. Esse é o futuro, em que o trabalhador deixa a tarefa operacional e assume a função da gestão – um processo de "singuralização" em que as sementes se transformam em plantas e passam a ser geridas como centro de custo. ■

# ADPF Nº 514: VITÓRIA NA EXPORTAÇÃO DE CARGA VIVA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



AOS 11 dias do mês de outubro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o julgamento que declarou a inconstitucionalidade de dois dispositivos da Lei Complementar nº 996/18, do município de Santos, que impediam a exportação de carga viva.

A decisão teve como fundamento a ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 514, proposta pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A Lei Complementar de Santos previa, em seus artigos 1º e 3º, inciso XVII do último, a proibição de circulação de veículos transportando cargas vivas na área urbana e de expansão urbana e, consequentemente, impedia a exportação dos animais que necessariamente passam por imediações do município para acessar o Porto de Santos.

A exportação de carga viva é um tema que vem sendo abordado em várias frentes. No poder Judiciário, além do STF, está em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) a Ação Civil Pública (ACP) nº 5001511.93.2018.4.03.0000, cuja liminar anterior havia impedido a exportação de animais vivos em todo o território nacional, mas que foi cassada. Hoje, é objeto de apreciação do Órgão Especial, e o placar é de empate, com cinco votos a favor da manutenção da liminar e cinco votos a favor da cassação da liminar.

No julgamento, o relator, desembargador Fábio Pireto, destacou, entre os seus argumentos: que todo o procedimento de exportação está de acordo com a normativa que trata de inspeção agropecuária; a possibilidade de expansão de um mercado promissor de muçulmanos interessados por preceitos religiosos na bovinocultura brasileira; o nicho de mercado viabilizado aos produtores que podem deixar de negociar somente com os grandes e poucos frigoríficos brasileiros; e, por fim, a importância do tema para os interesses do País, considerando aspectos de estratégia de comércio exterior.

A FAESP tem contribuído com o tema intermediando reuniões junto à Procuradoria da União, buscando, por todos os meios legais, levar ao conhecimento dos desembargadores que compõem o Órgão Especial os argumentos para a manutenção da suspensão da liminar, de forma a evitar maiores prejuízos à classe agropecuária.

É importante salientar que as exportações de gado vivo se tornaram uma possibilidade atrativa para a pecuária porque geram valor, rendendo até 25% a mais do que no mercado interno, mesmo diante das exigências impostas. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o País encerrou 2017 totalizando 400,66 mil cabeças exportadas vivas, volume 41,9% aumentado em relação ao registrado em 2016.

Além disso, toda operação de exportação é assistida por órgãos reguladores federais e estaduais no âmbito da defesa sanitária animal, assim como a nossa legislação atende as normas de bem-estar animal definidas internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Diante de todo o exposto, cumprimentamos o STF pela serenidade da sua decisão, a qual fornece a necessária segurança jurídica para a nossa valorosa agropecuária brasileira continuar a investir em eficiência na produção, com responsabilidade ambiental e sempre comprometida com o bem-estar animal. ■

# CULTIVAMOS INOVAÇÃO

EM UM PLANETA DE QUASE 10 BILHÕES DE PESSOAS, O DESAFIO DE PRODUZIR ALIMENTOS EM UMA ESCALA JAMAIS VIVENCIADA EM OUTRO MOMENTO DA HISTÓRIA HUMANA SE TORNOU A GRANDE META DA AGRICULTURA MODERNA. SOMENTE COM MUITA PESQUISA E TECNOLOGIA AUMENTAMOS A PRODUTIVIDADE DE MANEIRA SEGURA, PRESERVANDO A SAÚDE DAS PESSOAS E O MEIO AMBIENTE, COM MAIS QUALIDADE E EM MENOS ÁREA PLANTADA. TEMOS ORGULHO DE FAZER PARTE DA CADEIA DE INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL, QUE VEM NOS ÚLTIMOS ANOS TRANSFORMANDO OS RESULTADOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA E NOS TORNANDO UM DOS PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS. TEMOS AINDA MAIS ORGULHO, EM VER TODA ESSA INOVAÇÃO MATERIALIZADA NO PRATO DE BILHÕES DE PESSOAS NO BRASIL E NO MUNDO. TODO DIA.

**WWW.ANDEF.COM.BR**

CropLife LATIN AMERICA
Representando la Industria de la Ciencia de los Cultivos

ANDEF
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

DIÁRIO DE BORDO

# PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

HÁ MUITO tempo, está claro que a sustentabilidade é uma condição essencial para a competitividade. A cada dia que passa, mais consumidores, analistas e estudiosos afirmam que qualquer produto terá mercado se ficar demonstrado que foi obtido com serviços e insumos sustentáveis. Sempre existe o risco do radicalismo ou do maniqueísmo nesse tema, de forma que um ou dois dos três pilares da sustentabilidade – o ambiental, o social e o econômico – tenha(m) maior relevo do que outro(s). Fundamental, portanto, é o equilíbrio nos critérios de avaliação.

No entanto, o assunto é tão importante que o Prêmio Nobel de Economia deste ano foi concedido a dois pesquisadores norte-americanos dedicados ao estudo da sustentabilidade: William Nordhaus, de 77 anos, e Paul Romer, de 62.



O primeiro é professor em Yale, e os seus trabalhos sobre Economia Ambiental começaram na década de 1970, sempre voltados para a interação sociedade/natureza. Na década de 90 do século passado, ele criou um modelo de avaliação quantitativa para medir a interação global entre economia e clima, com uma marcante preocupação quanto aos efeitos da combustão de combustíveis fósseis no aquecimento climático. Este modelo mostra como a economia e o clima seguem rotas conjuntas de desenvolvimento, embora não necessariamente progridam igualmente. A partir dos seus estudos, fica visível a possibilidade de intervenção na política climática a partir de ações econômicas, como a incidência de impostos sobre o carbono emitido ou fixado. Isso deu origem ao método de taxação de carbono, com consequências no uso de combustíveis renováveis.

Já o segundo é professor na escola de gestão NYU Stern, e o seu trabalho mais influente foi publicado em 1990, lançando as bases da teoria do crescimento endógeno. A partir daí, Romer demonstrou que políticas que promovem a educação estimulam diretamente o desenvolvimento tecnológico, em uma clara demonstração de causa e efeito. Segundo ele, "as pesquisas macroeconômicas anteriores enfatizavam a inovação tecnológica como o principal motor do crescimento econômico, mas não modelavam que as decisões econômicas e as condições de mercado determinavam a criação de novas tecnologias". Em outras palavras, ele provou que as forças econômicas também governam a disposição das empresas de produzir inovação, e não apenas o contrário.

A sua teoria deu origem a uma grande quantidade de novas pesquisas sobre regras e políticas que fomentam a prosperidade, o que se aplica fortemente ao crescimento sustentável. Romer comenta que "muitas pessoas acham que proteger o meio ambiente será tão caro e tão difícil que apenas querem ignorar o problema". Na realidade, essa questão tem tudo a ver com desenvolvimento econômico, o que demanda muito mais investigação científica e inovação tecnológica.

Vale lembrar que o prêmio Nobel aproxima-se dos cinquenta anos de idade, tendo sido oferecido pela primeira vez em 1969.

Uma curiosidade: a idade média dos premiados é de 67 anos, o que significa o reconhecimento de uma longa trajetória profissional. E outra: até hoje, só uma mulher foi agraciada com o prêmio, a americana Elinor Ostrom, e assim mesmo em conjunto com o seu compatriota Oliver Williamson, pelos seus trabalhos sobre governança econômica, em 2009. ■

PRODUZIR

# ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

THIAGO MARINHO NUNES

Doutor em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Sociedade Rural Brasileira (CARB), professor do Ibmec-SP, advogado e árbitro

A DINÂMICA das relações comerciais tem sido vista como um enorme progresso na seara agrícola e pecuária, tradicionalmente chamada de agronegócio.

Como em toda atividade comercial, simples divergências ou complexas disputas podem surgir. Qualidade do produto questionada, eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, rompimentos contratuais antes do prazo de duração da avença, entre outras controvérsias, constituem causas comuns de disputas entre os atores do meio agronegocial. Para a resolução de tais disputas e com o objetivo de dar maior eficácia à resolução das controvérsias surgidas no âmbito do agronegócio, entram em cena mecanismos mais adequados em relação ao processo judicial: a arbitragem e a mediação.

Em vigor há mais vinte anos, a Lei nº 9.307/96 regulamenta a arbitragem como método de resolução de controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis no Brasil. Caracterizado pela sua flexibilidade, o procedimento arbitral procura atingir um ideal de maiores adaptabilidade e eficiência, de forma que o processo se torne naturalmente mais célere, por não padecer de desavenças processuais tão comuns ao Judiciário. Além disso, as partes envolvidas podem decidir quais regras serão utilizadas, assim como o local da arbitragem.

Da mesma forma, o instituto da mediação foi finalmente regulamentado por meio da Lei nº 13.140/15 e é utilizado, normalmente, em fase antecedente à eventual arbitragem. Ao contrário de um árbitro, o mediador não é um tomador de decisões. O objetivo desse procedimento é dirimir pacificamente as controvérsias e auxiliar os envolvidos em disputas a chegarem a uma solução amigável. As partes são livres para encerrar a mediação a qualquer momento, e nenhuma decisão pode ser imposta aos envolvidos.

Em vista do fomento da arbitragem e da mediação no Brasil, diversas instituições precisaram modernizar-se de modo a fomentar o uso destes métodos no País. Isso se deu por meio da criação de câmaras especializadas dotadas de regulamentos específicos. Fundada em 1919, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) atua como agente negociador político e gerador de conteúdo e serviços para toda a cadeia produtiva do agronegócio. Em abril de 2015, a entidade inaugurou a primeira instituição arbitral especializada na resolução de impasses entre agentes do agronegócio brasileiro, a Câmara de Mediação e Arbitragem da Sociedade Rural Brasileira (CARB).

Tal Câmara é o órgão responsável pela administração dos procedimentos de arbitragem e de mediação, exercendo atividades como a administração dos respectivos procedimentos e o auxílio secretarial aos árbitros, aos mediadores e às partes, intermediando a sua comunicação, arquivando os documentos dos casos e organizando audiências. O corpo de árbitros da CARB é composto tanto de grandes nomes do Direito, como de importantes agentes conhecedores técnicos do setor produtivo rural.

O momento é fértil para a utilização da mediação e da arbitragem no Brasil como método de resolução de conflitos na seara do agronegócio. O crescimento das atividades agronegociais, aliado à credibilidade dos institutos da arbitragem e da mediação, dá vigor à CARB e à sua eleição nos diversos contratos firmados no âmbito do agronegócio. ■



OPINIÃO

# FOCO NA AGROPECUÁRIA PARA SÃO PAULO CRESCER

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O GOVERNADOR de São Paulo que dirigirá os rumos do estado pelos próximos quatro anos acaba de ser eleito e, como secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, ressalto a importância que a agropecuária paulista tem e terá nas próximas décadas, protagonismo este que não é fruto do acaso. Os institutos de pesquisa da Secretaria – alicerces da agropecuária nacional pela vanguarda nas cultivares, nas formas de manejo do solo e na incorporação de conceitos de sustentabilidade – precisam continuar tendo apoio do governo, bem como a extensão rural e a defesa agropecuária.

É fundamental continuar dando passos no que foi iniciado pelo ex-secretário e deputado federal reeleito Arnaldo Jardim, para fixar o princípio da agricultura sustentável, mudar a dinâmica da relação pesquisa/produção e fortalecer o cooperativismo e o associativismo. Tais itens foram definidos nos cinco pilares de sua administração, que foram continuados no período em que estou à frente da Secretaria: **agricultura sustentável; o pequeno é grande** (atenção ao pequeno produtor)**; pesquisa próxima da produção; alimentação saudável;** e o **Agrofácil** (Programa de Modernização e Desburocratização da Agricultura).



É necessário, também, manter a atenção na evolução da utilização pelos produtores rurais – em especial, os pequenos e os médios – da tecnologia, caminho para todos que pensam em uma agricultura de alta rentabilidade e sustentável. Neste ano, a Secretaria criou o AgriFutura e realizou, no Instituto Biológico (IB), em São Paulo, no mês de março, um evento que reuniu 2,5 mil pessoas entre produtores rurais, pesquisadores, indústria, comércio, *start-ups* e vários outros segmentos interessados na tecnologia aplicada ao agro.

É preciso destacar que a combinação de tecnologias pode aumentar o rendimento das lavouras em até 67%, de acordo com a McKinsey, que aponta que o uso de *big data* na agricultura brasileira, por exemplo, pode gerar ganhos de até R$ 24 bilhões nos próximos anos. Este número não é desprezível, pois o protagonismo do setor na economia foi a grande ferramenta que permitiu minorar os danos da recessão que se abateu sobre o País.

Então, é necessário ter atenção, não somente do governo paulista, mas também do brasileiro, para inserir os produtores no ecossistema do agro 4.0, incentivar que as *start-ups* e os profissionais se voltem para o imenso potencial do setor agro para o desenvolvimento de tecnologia. Há uma nova fronteira agrícola a partir das novas tecnologias.

Em conexão a isso, é necessário que as forças políticas do setor, com certeza com destacado papel do deputado Arnaldo Jardim, trabalhem para que seja criada uma condição de envoltório macroeconômico que gere previsibilidade e elementos de produção para incentivar a busca da produtividade. Precisamos, efetivamente, ter o Plano Safra plurianual, entre outros elementos fundamentais, como a questão do seguro agrícola.

Nós da Secretaria de Agricultura, com apoio do governo do estado, avançamos muito nos últimos quatro anos. Mas, precisamos manter o foco na visão correta do papel que o setor pode ter como protagonista da retomada do crescimento brasileiro e da afirmação de um projeto nacional para o crescimento de São Paulo e do Brasil! ■

REFLEXÃO

# ENTRE O FRACASSO E O INESPERADO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

*A experiência é uma lanterna dependurada nas costas que apenas ilumina o caminho já percorrido.*

**Confúcio**

MUITOS ANALISTAS, apartidários politicamente, debruçaram-se sobre os últimos anos da política brasileira e, com honrosas exceções, concluíram que houve o fracasso da heterodoxia econômica iniciada no segundo governo Lula e expandida fortemente no governo Dilma, sob a ótica técnica. Sob a lógica ética, é unânime a posição do descalabro das ações nestes governos, desde o Mensalão até o Petrolão e muito mais, resultando na prisão das principais lideranças. Isso é o que a lanterna nos mostra nesse difícil e escuro caminho percorrido pelo Brasil nos últimos dezesseis anos!

O movimento "nós contra eles" é a síntese desse período que marcou o mais completo desastre político que talvez se já tenha vivido em nosso País. Além disso, esse *slogan* separatista deixou cicatrizes profundas na sociedade brasileira, sentidas até agora.

Considerando que as eleições de outubro de 2018 indicavam uma fundamental ação de mudança, o velho *establishment* político brasileiro busca um processo de recuperação das óbvias sandices da esquerda e dos seus aliados, gerando, no entanto, uma clara dúvida no coração dos brasileiros que querem a mudança.

A sensação da volta do mesmo não encantou o eleitor, e a oferta do novo levará o tempo que o novo precisa. A questão que talvez mais aflige o produtor brasileiro é olhar, agora, para dois lados: um que estaria definitivamente morto; e outro que luta por vir à luz. Mas, de fato, não é assim. Há que ter a convivência do novo com o velho, sempre lembrando que cabe ao novo o desafio de enfrentar a experiência e as raízes penetradas do velho.

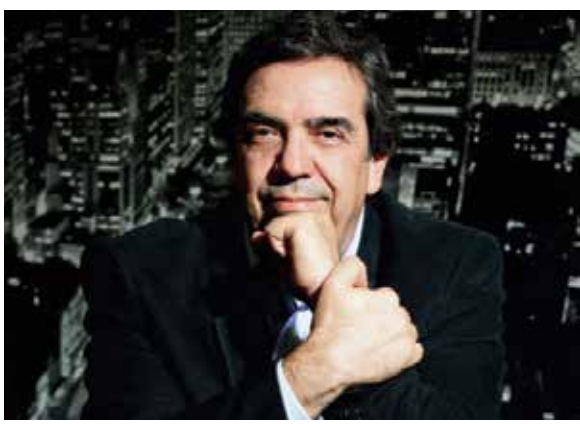
A direita, para os que duvidavam desta opção, ganhou um espaço efetivo e liderou com folga as expectativas de votos no primeiro turno. Para o segundo turno, observou-se a reação dos partidos e das personalidades derrotadas.

O agronegócio, cansado de ser usado, manipulado e agredido, continua sendo um ator importante nesse processo de mudança. Os elos das cadeias produtivas já não mais suportam as incertezas, pois já convivem, com muita coragem, com todos os riscos da sua grande e complexa operação.

O perfil do novo Congresso Nacional nessas eleições mostra mudanças que impressionam e que, de fato, reacendem o fogo da esperança nos corações dos brasileiros. Afinal, o atual momento global não espera a velha ideologia ultrapassada que ergueu o muro de Berlim ou que, no caso brasileiro, moeu a economia e a imagem de um país que vinha em evolução comentada e elogiada globalmente.

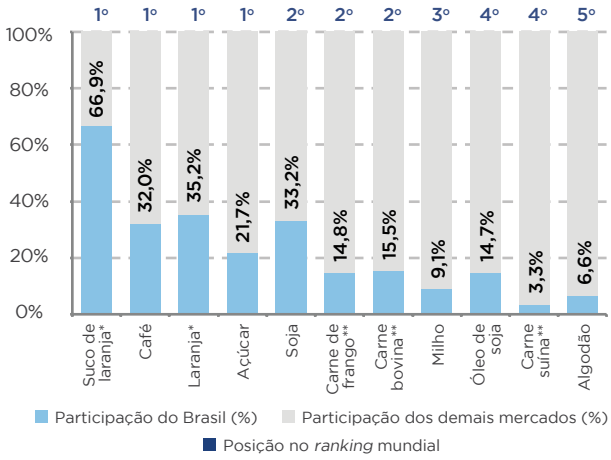
Para o Executivo, esperamos que haja responsabilidade fiscal, redução da intervenção do Estado e valorização do setor privado. Que sejam superados as desavenças e os rancores – muito disso dependerá da qualidade da equipe a ser montada. O agro precisa estar sintonizado nesse novo momento.

Voltando a Confúcio, fica a lição de que "você não pode mudar o vento, mas pode ajustar as velas do barco para chegar aonde quer". ■



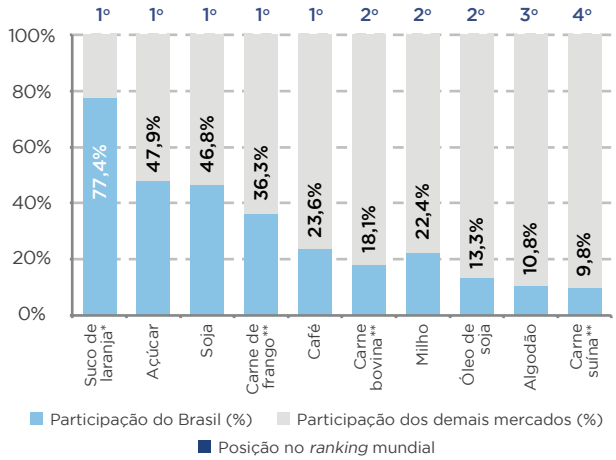
# PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

## POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



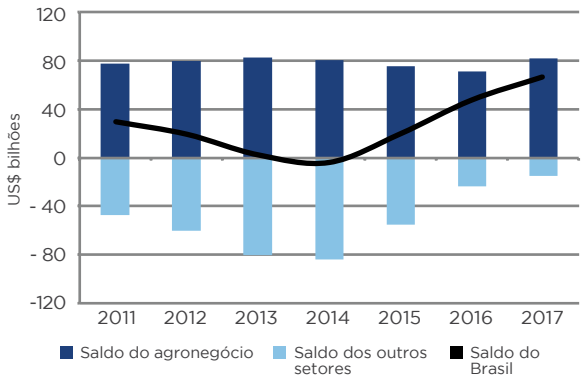

* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA

## POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



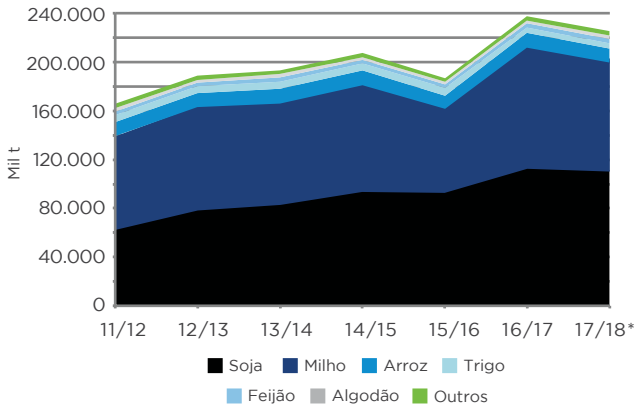

* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA; CNA

## BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



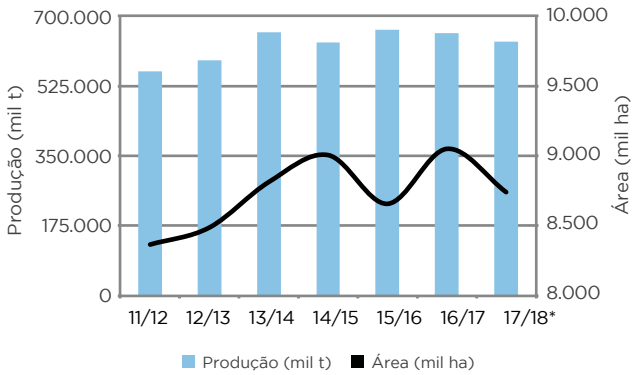

Fonte: SECEX

## BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



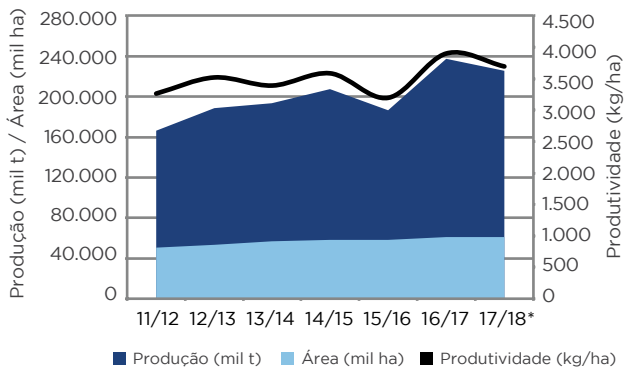

* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

## BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR




* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

## BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE




* Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab